



**Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais**

**Relatório Consolidado**

**Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTES CLAROS - FMS MONTES CLAROS**

**Município: MONTES CLAROS/MG**



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### I - DADOS BÁSICOS

**Finalidade:** Auditoria Programada

**Entidade Responsável:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTES CLAROS - FMS MONTES CLAROS **CPF/CNPJ:** 11.495.687/0001-08

**Município/UF:** MONTES CLAROS-MG

**Unidade Visitada:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTES CLAROS - FMS MONTES CLAROS

**CPF/CNPJ:** 11.495.687/0001-08

**Município/UF:** MONTES CLAROS/MG

**Demandante:** Componente Estadual do SNA

**Forma:** Direta

**Objeto:** Assistência- geral

**Abrangência:** Março a Agosto de 2021

**Gestão do Prestador:** Plena

**Fase(s):**

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	19/07/2021	24/09/2021
Execução - In loco	04/10/2021	08/10/2021
Relatório	18/10/2021	08/11/2021

**Tarefa Nº:** 131251

**Natureza da Entidade:** Municipal

### II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

**DULCE PIMENTA GONCALVES**

**Cargo:** Secretária Municipal de Saúde

**Exercício:** Desde 02/01/2017

### III - INTRODUÇÃO

#### Fator Desencadeante:

Auditoria Programada do Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria – CEA/SUS-MG - Exercício de 2021, com foco na verificação da adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos, bem como nas ações e serviços prestados ao usuário do SUS no enfrentamento da COVID-19.

#### Objetivo e Escopo:

Auditoria nº 667



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Realizar Auditoria Programada na Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros, tendo como unidade visitada o Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas pelas respectivas unidades no enfrentamento da COVID-19, no período de 03/2020 a 08/2021.

#### Caracterização do Objeto de Auditoria:

Montes Claros é município pólo da Macrorregião de Saúde Norte, composta por 85 municípios e da microrregião de Montes Claros que compõe 6 municípios. Possui população estimada de 417 478 habitantes (estimativa no site IBGE 2021) e é habilitado em gestão de seus prestadores, conforme Portaria GM/MS nº 3, de 05/01/1999.

Para atender a COVID-19, o município conta com uma rede de unidades composta de: 89 unidades de atenção primária, Policlínica Chiquinho Guimarães e Pronto Atendimento Alpeu de Quadros. O município participa do programa Saúde na Hora (MS), tendo 9 de suas unidades de Atenção Primária à Saúde habilitadas com horário estendido. Na área hospitalar SUS (público e conveniado) conta com 5 (cinco) hospitais. De acordo com o estudo apontado no Plano de Contingência (Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.371/2021) o Hospital das Clínicas Dr. Mario Ribeiro da Silveira foi definido como a 1ª prioridade por ter maior capacidade instalada no momento para atender a patologia no município, e o Hospital Universitário Clemente Faria como 2ª prioridade. O estudo pontua que todos os hospitais do município necessitavam ampliar a sua estrutura com leitos de UTI para suprir a necessidade da região. A instituição contemplada contou incentivo financeiro para disponibilizar seus Leitos COVID-19 por meio das Resoluções SES/MG nº 7295, 7384, 7396, 7446, 7564 e 7479. Para tal o Hospital das Clínicas Dr. Mario Ribeiro da Silveira disponibilizou 32 leitos clínicos, 39 leitos UTI II Adulto-SINDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE (SRAG) - COVID-19 e 25 leitos de Suporte Ventilatório.

#### IV - METODOLOGIA

##### Fase Analítica

Esta auditoria foi desenvolvida por meio de trabalhos analíticos no período de 19/07 a 24/09/2021. Nesta fase, foram realizadas as seguintes atividades:

- Análise do processo SEI nº 1320.01.0069104/2021-82 que deu origem à auditoria;
- Ciência, estudo e verificação dos esboços das Matrizes de Análise e de Coleta da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e do Hospital;
- Levantamento e estudo do Plano de Contingência para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (COVID-19) da Macrorregião Norte;
- Levantamento de dados/informações/documentos com as áreas técnicas da SES (nível central e regional) relativas ao auditado e às ações de enfrentamento da COVID-19;
- Levantamento e estudo das Resoluções, Portarias e demais normativas referentes ao município de Montes Claros e às ações de enfrentamento da COVID-19;
- Consulta e Levantamento de Dados nos Sistemas de Informações: SIGRES, CNES/DATASUS – FNS; Relatório Business Object e Portal da Transparência Municipal;
- Adequação dos esboços das Matrizes de Análise e Coleta às situações específicas da SMS de Montes Claros e do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira;
- Apresentação das matrizes pela equipe de auditoria para auditores do Núcleo de Planejamento da Assessoria de Auditoria Assistencial do SUS/MG, para validação final, por videoconferência;
- Análise dos documentos listados a seguir:
  1. Termos de Contratualização firmado entre a SMS/Montes Claros e o Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira;
  2. Instrumentos jurídicos formalizados entre a SMS e o Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, que viabilizaram repasses financeiros e materiais para as ações de enfrentamento da COVID-19 (Termos de Subvenção, Termos de Cessão, Termos de Doação, etc);
  3. Relação total dos Recursos Financeiros repassados do Fundo Nacional de Saúde (Recursos Federais) para o Fundo Municipal de Saúde (inclusive Emendas Parlamentares) vinculados ao enfrentamento da COVID 19;
  4. Relação total dos Recursos Financeiros/Materiais repassados do Fundo Estadual de Saúde (Recursos Estaduais) para o Fundo Municipal de Saúde (inclusive Emendas Parlamentares) vinculados ao enfrentamento da COVID 19;
  5. Relação total dos Recursos Financeiros/Materiais repassados do Fundo Municipal de Saúde (recursos Próprios) para o Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira vinculados ao enfrentamento da COVID 19;
  6. Relatório SIOPS - Exercício 2020;
  7. Atos/Decretos/Portarias municipais que tratam de destinação de recursos para enfrentamento de COVID 19;

Auditoria nº 667



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



8. Documentação que comprove (conforme regra de repasse e instrumento jurídico formalizado) a validação das prestações de contas parciais e/ou totais do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, referente aos recursos para COVID-19, nas ações de média e alta complexidade;
9. Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs);
10. Cópia do cartão de situação cadastral que comprove a inscrição do FMS no CNPJ;
11. Relação das contas correntes do FMS com identificação de onde ocorreram movimentações dos recursos financeiros para enfrentamento da COVID-19;
12. Plano de Trabalho de aplicação dos recursos com Relatórios de Acompanhamentos do mesmo ou Relatório Descritivo de Resultados, caso o Hospital tenha sido contemplado com recursos previstos em Resolução SES (ação orçamentária: COVID) com previsão de formalização/acompanhamento do plano;
13. Relação de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos adquiridos e local de entrega (destinados às ações de média e alta complexidade de enfrentamento à COVID-19);
14. Processos de dispensa de licitação (referentes às ações de média e alta complexidade de enfrentamento à COVID-19);
15. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) Ano 2020 (parte que trata de orçamento da Saúde);
16. Documentação que comprovem os trâmites para alteração/complementação na LDO e as medidas adotadas para atuação frente à COVID-19;
17. Plano Municipal de Saúde (2018-2021) (PMS);
18. Programação Anual de Saúde 2020 (PAS);
19. Atas do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de aprovação das readequações do Plano Municipal de Saúde e da Programação Anual de Saúde;
20. Atas do Conselho Municipal de Saúde constando a apresentação dos RDQAs ao CMS;
21. Registro da apresentação dos RDQAs para a Câmara de Vereadores do período auditado;
22. Relatório Anual de Gestão 2020 (RAG) e respectiva ata do Conselho Municipal de Saúde;
23. Documentos que comprovem que a SMS divulgou as aquisições ou contratações realizadas em decorrência da COVID-19, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da realização dos atos, conforme preconiza a legislação vigente (Sites, Publicações, etc);
24. Relatórios, Atas, Planilhas ou registros de que a SMS realiza acompanhamento periódico das ações de enfrentamento da COVID-19 realizadas pelo prestador hospitalar;
25. Relatórios de monitoramento e controle do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, por parte da SMS quanto aos registros das taxas de ocupação de leitos Clínicos de UTI/COVID-19 e de Suporte ventilatório (se houver);
26. Relatórios das internações aprovadas extraídos do SIHD, relativos aos atendimentos COVID-19 do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira;
27. Relatórios ou outro instrumento de monitoramento/acompanhamento dos indicadores e metas pactuados para enfrentamento da COVID-19 do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira;
28. Relatórios de inspeção sanitária realizados no Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira;
29. Instrumento que comprove a avaliação da qualidade da Unidade Prestadora de Serviço e contemple indicadores de resultados e parâmetros de cobertura, produtividade e qualidade;
30. Cópia do Plano Macrorregional de Contingência da COVID-19;
31. Cópia das atas de reuniões com o Hospital para cumprimento do Plano Macrorregional de Contingência da COVID-19;
32. Cópia do Plano Municipal de Contingência COVID-19.

#### Fase operativa:

A auditoria operativa foi realizada no período de 04 a 08/10/2021. A equipe de auditores da SES-MG apresentou-se na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Montes Claros às 8:00min do dia 05/10/2021 e realizou reunião de abertura dos trabalhos, visando explicar o objetivo da auditoria. Essa reunião contou com a presença da Gestora Municipal, da Diretora da Regulação, do Assessor Jurídico e da contadora do FMS. As atividades da fase operativa ocorreram na SMS e consistiram na avaliação de documentos solicitados para verificação "in loco" (sendo alguns copiados para análises posteriores) e na realização de entrevistas com alguns profissionais estratégicos. Posteriormente a equipe visitou a unidade conveniada, classificada como 1ª prioridade do Plano de Contingência da Macrorregião Norte para COVID-19, onde foram continuados os trabalhos.

A reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria junto à SMS de Montes Claros ocorreu na SMS no dia 07/10/2021, às 13:30min e contou com a presença da equipe de auditores, da Gestora e da mesma equipe da reunião de abertura. Foram finalizados os trabalhos operativos e ratificados os desdobramentos futuros do Processo de Auditoria.

Auditoria nº 667

**Limitação:**

Não houve limitações aos trabalhos de auditoria.

**V - CONSTATAÇÕES**

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 638383

**Subgrupo:** Contrato

**Item:** Recebimento de Recurso Financeiro

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros-SMS celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira-HCMRS para repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e Municipal), referentes ao enfrentamento da COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade, de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

**Evidência:** Durante a auditoria, observou-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros contratualizou o Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, por meio do Contrato nº P089/20, assinado em 27/03/2020. Dentre outras questões, esse contrato define as metas quantitativas e qualitativas que deverão ser cumpridas pelo hospital e acompanhadas pela SMS/MOC, através da Comissão de Acompanhamento da Contratualização. Esse contrato também define as regras de repasse dos recursos financeiros da SMS para o hospital.

Verificou-se que a SMS de Montes Claros repassou Recursos Financeiros Federais destinados ao combate à Pandemia do Coronavírus, por meio de Termos Aditivos ao referido Contrato, conforme demonstrado a seguir:

- Terceiro Termo de Aditamento ao Contrato nº P089/2020, assinado em 01/06/2020, no valor de R\$ 513.694,71, referente à Portaria GM/MS nº 1393/2020;
- Quarto Termo de Aditamento ao Contrato nº P089/2020, assinado em 23/06/2020, no valor de R\$ 1.005.786,04, referente à Portaria GM/MS nº 1448/2020;
- Quinto Termo de Aditamento ao Contrato nº P089/2020, assinado em 30/06/2020, no valor de R\$ 864.000,00, referente à Portaria GM/MS nº 1516/2020;
- Oitavo Termo de Aditamento ao Contrato nº P089/2020, assinado em 04/03/2021, no valor de R\$ 2.806.272,00, referente às Portarias GM/MS nº 3576 e 3646/2020;
- Décimo Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato nº P089/2020, assinado em 12/05/2021, no valor de 1.319.040,00, referente às Portarias GM/MS nº 501 e 643/2021;
- Décimo Segundo Termo de Aditamento ao Contrato nº P089/2020, assinado em 24/05/2021, no valor de 960.000,00, referente à Portaria GM/MS nº 897/2021;
- Décimo Terceiro Termo de Aditamento ao Contrato nº P089/2020, assinado em 14/06/2021, no valor de R\$ 1.872.000,00, referente às Portarias GM/MS nº 1059 e 947/2021.

Ademais, foram firmados os seguintes contratos para repasse de Recursos Estaduais-SES-MG ao HCMRS:

- Contrato nº P0163/21, assinado em 29/04/2021, no valor de R\$ 250.000,00, referente à Resolução SES/MG nº 7111/2020;
- Contrato nº P319/21, assinado em 12/07/2021, no valor de R\$ 315.000,00, referente à Resolução SES/MG nº 7461/2021.

Os demais repasses financeiros destinados ao combate da Pandemia do Coronavírus foram feitos pelo Fundo Estadual de Saúde de MG, através de celebração de Termo de Metas diretamente com o hospital.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017 (Anexo 2 do Anexo XXIV - artigo 14); a Portaria GM/MS nº 1.393/2020 (art. 4º, § 1º); a Resolução SES/MG 7461/2021, artigo 2º, Caput e o Plano de Contingência Operativo para

Auditoria nº 667



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Infecção Humana pelo SARS COV-2 - doença pelo Coronavírus - COVID-19 da Macrorregião Norte - item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais item V.

**Fonte da Evidência:** \* Contrato Para Prestadores Hospitalares - P089/20-02, firmado entre a SMS de Montes Claros e a Fundação Educacional Alto e Médio São Francisco (Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira), em 27/03/2020, com vigência prorrogada até 31/03/2022;

- \* Terceiro Termo de Aditamento ao Contrato nº P089/2020, assinado em 01/06/2020;
- \* Quarto Termo de Aditamento ao Contrato nº P089/2020, assinado em 23/06/2020;
- \* Quinto Termo de Aditamento ao Contrato nº P089/2020, assinado em 30/06/2020;
- \* Oitavo Termo de Aditamento ao Contrato nº P089/2020, assinado em 04/03/2021;
- \* Décimo Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato nº P089/2020, assinado em 12/05/2021;
- \* Décimo Segundo Termo de Aditamento ao Contrato nº P089/2020, assinado em 24/05/2021;
- \* Décimo Terceiro Termo de Aditamento ao Contrato nº P089/2020, assinado em 14/06/2021;
- \* Contrato nº P0163/2021, assinado em 29/04/2021;
- \* Contrato nº P319/21, assinado em 12/07/2021.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 637486

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Movimentação financeira

**Constatação:** A SMS de Montes Claros não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do Fundo Estadual de Saúde de MG (FES-MG) para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de médio-alta complexidade no Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira (HCMRS).

**Evidência:** Em auditoria, constatou-se que a SMS de Montes Claros não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FES-MG para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no HCMRS.

Os recursos estaduais recebidos pela SMS de Montes Claros para serem repassados ao HCMRS estão discriminados no Anexo 01.

A SMS de Montes Claros recebeu no dia 18/06/2020 na c.c. nº 39619-2 - ag. 3209-3 - BB, por meio da Resolução SES/MG nº 7111/2020 - o valor total de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais) para repasse específico ao HCMRS, destinado à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para consolidação do SUS. O recurso só foi repassado ao HCMRS quase 1 (um) ano após o recebimento na conta do FMS, nos dias 13/05/2021 - R\$ 3.062,52 e 14/05/2021 - R\$ 246.937,48 - na c.c. nº 39.943-4, ag. 3209-3 do Banco do Brasil (001) conforme discriminado no Anexo 01.

A SMS de Montes Claros recebeu no dia 14/05/2021 na c.c. nº 40012-2 - ag. 3209-3 - BB, por meio da Resolução SES/MG nº 7461/2020 - o valor total de R\$ 315.000,00 (Trezentos e Quinze Mil Reais) para repasse específico ao HCMRS, destinado ao apoio à Estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano de Contingência Macrorregional. O recurso só foi repassado ao HCMRS no dia 26/07/2021 - na c.c. nº 7125-0 - ag. 1801-0 - Banco Cecaopes (114), conforme discriminado no Anexo 01.

Tal fato está em desacordo com a Resolução SES/MG nº 7111/2021, art. 1º e 6º; Resolução SES/MG nº 7461/2021, art. 1º, 5º e 6º; Termo de Compromisso nº 499/7111/7461 - Cláusula Segunda - Das Obrigações - Item I - Ao Município/SMS alínea c; Termo de Contrato 089/2020 - Cláusula Terceira - Parágrafo Primeiro e seus aditivos.

**Fonte da Evidência:** - Relatório Pagamentos Recursos COVID 2021 - extraída em 24-09-21;  
- Processos de Pagamentos dos Empenhos 6029/2021, 6030/2021 e 9233/2021;

Auditoria nº 667





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



- Relação de Contas do FMS de Montes Claros;
- Relação de Contas do HCMRS;
- Extratos Bancários da c.c. nº 39619-2 - ag. 3209-3 - BB do FMS do período de junho/2020 a julho/2021;
- Extratos Bancários da c.c. nº 40012-2 - ag. 3209-3 - BB do FMS do período de abril a julho/2021;
- Extratos Bancários da c.c. nº 39.943-4 - ag. 3209-3 - BB do HCMRS do período de maio a setembro/2021;- Extratos Bancários da c.c. nº 7125-0 - ag. 1801-0 - Banco Cecoopes (114) do HCMRS do período de julho a setembro/2021;
- Termo de Compromisso 499/7111/7461.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício nº 104/2022/GAB/PROGE, datado de 04/07/2022 (assinado conjuntamente pelo Prefeito e pelo Procurador Geral do município), a Sra. D.P.G. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde) se posicionou da seguinte forma transcrita em trechos de sua manifestação em decorrência do limite de caracteres do SISAUDSUS:

(...) "No entanto, deve-se esclarecer, de plano, especificamente em relação ao recurso advindo da 1) RESOLUÇÃO SES/MG N.º 7.111/2020, que o lapso temporal estabelecido entre o recebimento do recurso e o efetivo repasse deu-se em função da situação irregular da unidade hospitalar prestadora perante esta municipalidade, ou seja, por fatores externos aos atos de gestão do Município de Montes Claros". (...)

(...) "Com efeito, tão logo depositado o recurso no Fundo Municipal de Saúde - FMS, a Secretaria Municipal de Saúde promoveu a requisição do Plano de Trabalho ao prestador, o qual foi entregue apenas no dia 06/10/2022. Ato contínuo, após verificação e validação do referido Plano, a SMS deu início ao fluxo para efetivação do pagamento, o que se deu por meio do Memorando n.º 1.008/PLAN-REG/SMS/2020, em 13/10/2020, conforme documentos anexos. Nesse sentido, para formalização do competente Processo Licitatório, foi solicitado ao prestador, no dia 14/10/2020, a documentação necessária para abertura do mencionado processo. Após o efetivo recebimento da documentação, no dia 16/10/2020, a SMS encaminhou à Diretoria e Licitações a solicitação para abertura do processo, através da Requisição de Ordenador n.º 6.652/2020, assim como formulário de liberação de despesa e termo de referência, a fim de viabilizar o repasse". (...)

(...) "Desse modo, consigne-se que, em âmbito local, as requisições de despesas devem ser apreciadas previamente pelo Comitê Permanente de Avaliação e Controle da Execução Orçamentária Municipal - COMPAC6, o que exigiu a submissão da Requisição de Ordenador n.º 6.652/2020 à competente análise do comitê. Na ocasião, em reunião deliberativa do COMPAC realizada no dia 20/10/2020, a Requisição de Ordenador n.º 6.652/2020, não foi aprovada, tendo em vista que a entidade hospitalar prestadora beneficiária dos recursos financeiros, Fundação Educacional Alto Médio São Francisco - FUNAM, mantenedora do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, encontrava-se inadimplente com esta municipalidade, em razão do descumprimento dos compromissos firmados no Termo de Ajustamento de Conduta com Município de Montes Claros, referente ao Chamamento Público n.º 0011/2019, o que ensejou a suspensão do processo de repasse. Tal fato foi noticiado à SMS em 22/10/2020, através do Memorando n.º 151/COMPAC/2020 (doc. anexo)". (...)

(...) "No ponto, vale mencionar: a postura foi adotada em função da constatação, por parte da Administração Municipal, do descumprimento de cláusula de Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta firmado com a instituição responsável pela manutenção do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, em virtude da identificação, à época, de que servidores públicos municipais integravam a diretoria da instituição, incorrendo em vedação disposta no art. 100, da Lei Orgânica do Município de Montes Claros<sup>7</sup>. Tal situação permaneceu até o mês de abril do ano de 2021"(...).

(...) "Posteriormente, sanadas as situações acima delineadas, a SMS imbuída de sua responsabilidade sanitária, notadamente diante do momento sensível causado pela Pandemia de COVID-19, determinou, no dia 22/04/2021, que o processo para repasse do referido recurso financeiro fosse novamente submetido à deliberação do COMPAC, por meio da Requisição de Ordenador n.º 2.054/2021. Assim, a requisição foi aprovada pelo COMPAC e seguiu seu regular processamento. No dia 23/04/2021, foi aberto o Processo Licitatório n.º 163/2021, Inexigibilidade de licitação n.º 035/2021; já na data de 27/04/2021, o referido processo foi ratificado; o que originou o Contrato Administrativo n.º P162/21-01, publicado em 13/05/2021; ato contínuo, o repasse foi efetivado em 13/05/2021, o que se extrai das notas de empenho n.º

Auditoria nº 667



6029 e 6030/2021 e respectivos recibos devidamente assinados e enviados pelo hospital prestador".(...)

(...) "Noutro giro, no que concerne ao repasse do recurso financeiro estadual, objeto da \_2) RESOLUÇÃO SES/MG N.º 7.461, DE 31 DE MARÇO DE 2020 (R\$ 315.000,00) ao Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, destinado ao apoio à estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano de Contingência Macrorregional, apresenta-se os esclarecimentos a seguir expostos".(...)

(...) "O plano de trabalho para execução do recurso foi entregue pela entidade hospitalar prestadora na SMS, no dia 06/04/2021, e foi encaminhado para Superintendência Regional de Saúde, no dia 07/04/2021, para verificação e validação das informações. Na ocasião, a própria Superintendência Regional de Saúde - SRS, manifestou-se no sentido de que a data final para atender os prazos na resolução estadual seria o dia 15/04/2021, conforme faz prova e-mail subscrito pela referência técnica da SRS/MOC. Ocorre que, somente no dia 08/06/2021, o Município recebeu a validação por parte da Superintendência Regional de Saúde de Montes Claros, conforme documentos anexos. Imediatamente após o recebimento, em 09/06/2021, a SMS deu início ao processo para pagamento, por meio do Memorando n.º 626/PLA-

REG/SMS/2021 (doc. anexo)".(...)

(...) "Logo, a fim de viabilizar o pagamento, mencionado contrato administrativo foi enviado à entidade hospitalar prestadora para análise, sendo assinado e enviado pelo Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira apenas no dia 23/07/2021. Em vista disso, o repasse foi efetivado em 26/07/2021, por meio da nota de empenho n.º 9.233/2021 e respectivo recibo devidamente assinado e enviado pelo beneficiário do recurso financeiro. Como se nota, na análise das circunstâncias do repasse de recuso financeiro deve ser considerado as ações e prazos executados pela entidade hospitalar beneficiária, bem como por parte da Superintendência Regional de Saúde, sendo o desempenho das atribuições do Município de Montes Claros regular, pautado na celeridade e eficiência, sem prejuízo da estrita legalidade".

(...)

#### Análise da Justificativa:

Justificativa acatada parcialmente.

Em suma, no que tange ao recurso financeiro relativo à Resoluções SES/MG nº 7111/2020, alega a Administração Pública Municipal de Montes Claros, representada pela Secretaria Municipal de Saúde, que o atraso na efetivação do repasse financeiro referente ao primeiro dispositivo legal supracitado, ocorreu em virtude de fatores externos à gestão municipal, notadamente por condição irregular da entidade hospitalar (FUNAM), mantenedora do HCMRS, especificamente quanto a Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Município de Montes Claros e a FUNAM no ano de 2019.

Não obstante o reconhecimento da Equipe de Auditoria de fato existente de conflito de interesses, entre a FUNAM e o Município de Montes Claros, em data pretérita, e dos trâmites burocráticos do processo, entendemos que não deve prosperar a justificativa em virtude das seguintes razões:

1 - O Objetivo precípua de disponibilizar a prestação de repasses financeiros pela União/Estados e Municípios às unidades hospitalares, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), é de fomentar o aumento e melhoria da capacidade de resposta de tais entidades no sentido de permitir-lhes atuar de forma coordenada e articulada com o Ministério da Saúde e com os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, no controle do avanço da epidemia da Covid-19 e no atendimento à população.

Para tanto, conforme ratificado pelos Decretos de Calamidade Pública e na promulgação de outros dispositivos legais (Leis/Portarias/Resoluções Estaduais) é imprescindível a agilidade no repasse dos recursos às instituições hospitalares a fim de buscar o intento pretendido.

Tal princípio de eficiência está consolidado pelo legislador no §3º da Lei 13995/2020:

(...) §3º O recebimento do auxílio financeiro previsto no caput deste artigo independe da eventual existência de débitos ou da situação de inadimplência das entidades beneficiadas em relação a tributos e contribuições na data do crédito pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS).(...)

2 - No que tange especificamente aos recursos estaduais (Resolução 7111/2020) o termo de compromisso assinado com interveniência da Administração Pública Municipal também ratifica a questão do prazo de repasse como condição essencial:

Cláusula Segunda - Das Obrigações - Item I Ao Município/SMS Competirá - Alínea c):

(...) c. repassar à ENTIDADE BENEFICIADA os recursos financeiros transferidos pela SES/MG até o 5º dia útil após o recebimento, sob pena de bloqueio no Sistema de Administração Financeira/SIAF e instauração de

Auditoria nº 667





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Tomada de Conta Especial; (...)

3 - O próprio contrato P089/2020 celebrado entre a FUNAM e o Município e utilizado como instrumento jurídico de repasses dos recursos financeiros federais para combate ao COVID-19 também determina sobre o prazo:

Termo de Contrato 089/2020 - Cláusula Terceira - Parágrafo Primeiro e seus aditivos:

(...) Fica estabelecido o prazo de até o 5º dia útil, após a transferência de recursos feita pela União/Estado, para que o CONTRATANTE possa efetuar o pagamento dos recursos do componente pré-fixado ao CONTRATADO, vinculado a comprovação de disponibilidade de recurso específico em conta, conforme Portaria 2617 de 1º de novembro de 2013, art. 1º.

4 - Além disso, o Termo assinado também preconiza que quaisquer ocorrências que possam ensejar o descumprimento de metas ou alterações na execução do termo devem obrigatoriamente ser motivação para comunicação ao gestor estadual, fato que não foi observado pelo município.

Cláusula Segunda - Das Obrigações - Item I Ao Município/SMS Competirá - Alínea h):

(...) h. notificar à SES/MG, em até 15 (quinze) dias quando constatadas ocorrências sobre o não cumprimento das metas pactuadas, ou quaisquer outras alterações que interfiram na execução deste TERMO; (...)

No que tange à Resolução SES/MG nº 7461/2021 alega a Administração Pública Municipal de Montes Claros, representada pela Secretaria Municipal de Saúde que o atraso na efetivação do repasse financeiro se deu em razão de circunstâncias das ações e prazos executados pela entidade hospitalar beneficiária e pela Superintendência Regional de Saúde de Montes Claros.

Conforme comprovado pela documentação encaminhada, notadamente e-mails trocados pela SMS, HCMRS e SES/MG, pode-se concluir que o atraso no repase, neste caso, se deu em virtude de ações alheias ao auditado.

Diante do exposto, opinamos pelo acolhimento da defesa em relação à Resolução SES/MG 7461/2021 e pelo não acatamento em relação à Resolução 7111/2020.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade em sua totalidade.

Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Parcialmente

**Recomendação:** Observar os prazos no que tange ao repasse de recursos financeiros para as entidades beneficiadas com recursos públicos, conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos firmados (Termo de Compromisso 499/7111/2020 Cláusula Segunda - Das Obrigações - Item I - Ao Município/SMS - alínea c) e Termo de Contrato 089/2020 - Cláusula Terceira - Parágrafo Primeiro e seus aditivos) e normas que regulamentam os repasses, conforme disposto na Resolução SES/MG nº 7111/2020, art. 1º e 6º.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTES CLAROS - FMS MONTES CLAROS	11.495.687/0001-08

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 637487

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Movimentação financeira

**Constatação:** A SMS de Montes Claros não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média-alta complexidade no Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira-HCMRS.

Auditoria nº 667



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



#### Evidência:

Em auditoria, constatou-se que a SMS de Montes Claros não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira.

A SMS de Montes Claros recebeu recursos financeiros no grupo MAC do Fundo Nacional de Saúde (Fundo a Fundo) no período de Março/2020 a Setembro/2021 para repasse específico ao HCMRS, no montante de R\$ 14.161.912,75 (quatorze milhões, cento e sessenta e um mil, novecentos e doze reais e setenta e cinco centavos) para o enfrentamento da COVID-19, mediante as Portarias de fomento federal: Portarias GM/MS nºs 1393/2020, 1448/2020, 1516/2020, 3576/2020, 3646/2020, 501/2021, 643/2021, 897/2021, 947/2021, 1059/2021, 1135/2021, 1407/2021, 1453/2021, 1966/2021 e 2006/2021, conforme registrado no Anexo 01.

Tais recursos foram repassados ao HCMRS mediante os respectivos instrumentos, conforme explicitado abaixo:

- 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 089/2020 - Repasse de R\$ 513.694,71 (quinhentos e treze mil, seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e um centavos) mediante Nota de Empenho nº 7715/20 do FMS MC c.c. 38797-5 - ag. 3209-3 - BB para o HCMRS na c.c. nº 17640-0 - ag. 4275-7 - BB. Ocorre que este recurso federal é oriundo da Portaria GM/MS nº 1393/2020 e deveria ter sido repassado de forma integral ao beneficiário em até 05 (cinco) dias úteis após o crédito na conta do FMS de Montes Claros. A ordem bancária do FNS para o FMS foi efetuada em 25/05/2020 e o repasse para a conta do Hospital só foi efetivado em 12/06/2020.
- 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 089/2020 - Repasse de R\$ 1.005.786,04 (um milhão, cinco mil, setecentos e oitenta e seis reais e quatro centavos) mediante Nota de Empenho 9427/20 do FMS MC c.c. 38797-5 - ag. 3209-3 - BB para o HCMRS na c.c. nº 17664-8 - ag. 4275-7 - BB. Ocorre que este recurso federal é oriundo da Portaria GM/MS nº 1448/2020 e deveria ter sido repassado de forma integral ao beneficiário em até 05 (cinco) dias úteis após o crédito na conta do FMS de Montes Claros. A ordem bancária do FNS para o FMS foi efetuada em 03/06/2020 e o repasse para a conta do Hospital só foi efetivado em 17/07/2020.
- 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 089/2020 - Repasse de R\$ 864.000,00 (oitocentos e sessenta e quatro mil reais) mediante Nota de Empenho 9733/20 do FMS MC c.c. 38797-5 - ag. 3209-3 - BB para o HCMRS na c.c. nº 17671-0 - ag. 4275-7 - BB. Ocorre que este recurso federal é oriundo da Portaria GM/MS nº 1516/2020 e deveria ter sido repassado de forma integral ao beneficiário em até 05 (cinco) dias úteis após o crédito na conta do FMS de Montes Claros. A ordem bancária do FNS para o FMS foi efetuada em 17/06/2020 e o repasse para a conta do Hospital só foi efetivado em 24/07/2020.
- 8º Termo Aditivo ao Contrato nº 089/2020 - Repasse de R\$ 2.806.272,00 (Dois milhões, oitocentos e seis mil, duzentos e setenta e dois reais) mediante Notas de Empenho nº 3287/2021 e 3291/2021 do FMS MC c.c. 38797-5 - ag. 3209-3 - BB para o HCMRS na c.c. nº 17669-9 - ag. 4275-7 - BB. Ocorre que estes recursos federais são oriundos das Portarias GM/MS nº 3576/2020 e 3646/2020 e deveriam ter sido repassados de forma integral ao beneficiário em até 05 (cinco) dias úteis após o crédito na conta do FMS de Montes Claros. A ordem bancária do FNS para o FMS foi efetuada em 24/12/2020 e 28/12/2020, respectivamente, e ambos os repasses para a conta do Hospital só foram efetivados em 23/03/2021.

Tal fato está em desacordo com Portaria de Consolidação do SUS nº 06/2017 - art. 3º § 3º e Seção IV - art. 303; Decreto nº 10.360/2020, art. 1º e Termo de Contrato 089/2020 - Cláusula Terceira - Parágrafo Primeiro e seus aditivos.

**Fonte da Evidência:**

- Consulta das transferências do FNS ao FMS de Montes Claros - [HTTPS://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada/acao](https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada/acao), extraída em 10/08/2021;
- Relação de Contas do FMS Montes Claros;
- Relação de Contas do HCMRS;
- Processos de Pagamentos/Notas de Empenhos Ordinários 7715/20, 9427/20, 9733/20, 3287/2021, 3291/2021, 6331/2021, 7313/20, 8094/2021 e 8095/2021;
- Extratos bancários das Contas: 1 - FMS MC c.c. 38797-5 - ag. 3209-3 - BB / 2 - HCMRS c.c. nº 17640-0 - ag. 4275-7 - BB / 3 - HCMRS c.c. nº 17664-8 - ag. 4275-7 - BB / 4 - HCMRS na c.c. nº 17671-0 - ag. 4275-7 - BB / 5 - HCMRS na c.c. nº 17669-9 - ag. 4275-7 - BB / 6 - HCMRS na c.c. nº 40025-4 - ag. 3209-3 - BB;
- Razão de Bancos da FMS Montes Claros c.c. 38797-5 - ag. 3209-3 - BB.

Auditoria nº 667



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício nº 104/2022/GAB/PROGE, datado de 04/07/2022 (assinado conjuntamente pelo Prefeito e pelo Procurador Geral do município), a Sra. D.P.G. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde) se posicionou da seguinte forma transcrita em trechos de sua manifestação em decorrência do limite de caracteres do SISAUDSUS:

(...) "Entretanto, para adequado deslinde das constatações deve-se levar em consideração a forma que esses repasses foram realizados. Isso porque, por decisão administrativa local, sopesando os custos e procedimentos que seriam feitos exclusivamente em decorrência da COVID-19, o Município de Montes Claros optou por realizar a contratualização dos procedimentos da COVID-19 no bojo dos instrumentos já firmados com os prestadores hospitalares credenciados através do Chamamento Público nº 11/2019 e contratados no Processo Licitatório de Inexigibilidade 89/2020, em vez de celebrar instrumento próprio de maneira apartada. Desta sorte, os pagamentos pelos procedimentos comuns e aqueles específicos para enfrentamento da pandemia foram realizados nos mesmos contratos, levando-se em consideração os Planos Operativos já aprovados, a Programação Pactuada Integrada e os impactos gerados pela suspensão dos procedimentos eletivos, ensejando salutar equilíbrio entre o custeio dos procedimentos hospitalares contratados e a manutenção da rede de atenção hospitalar em estado de alerta, preparada para o enfrentamento do estado pandêmico da COVID-19. Portanto, foram necessários diversos aditivos e alterações contratuais a fim de ajustar o que havia sido originalmente pactuado com as novas contingências impostas pela pandemia da COVID-19, o que tornou absolutamente inexecutável o repasse do pagamento integral aos beneficiários em até 05 (cinco) dias úteis, considerando o necessário fluxo administrativo e os prazos legais para formalização e tramitação dos processos administrativos". (...)

(...) "Como se nota, a inobservância do prazo de até 05 (cinco) dias úteis para repasse dos recursos federais é desdobramento de decisão administrativa local, no exercício de sua autonomia constitucional, que optou por realizar a contratualização dos procedimentos da COVID-19 no bojo dos instrumentos já firmados, por meio de termos de aditamento e alterações contratuais, o que exige prazo superior a cinco dias para o desempenho de todos os atos burocráticos. No entanto, cumpre mencionar que a forma de repasse dos recursos federais não é ilícita, nem mesmo irregular, na medida em que a própria Auditoria Assistencial, por meio da CONSTATAÇÃO N.º 638383, aferiu a conformidade da seguinte situação: a Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros-SMS celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira - HCMRS para repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e Municipal), referentes ao enfrentamento da COVID-19 destinados às ações de média e alta complexidade, de acordo com as regras que viabilizaram os repasses. Igualmente, através da CONSTATAÇÃO N.º 637492, verificou-se relatório de conformidade dos seguintes pontos: Os processos de pagamento referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID-19 destinados ao Prestador Hospital das Clínicas Mário Ribeiro da Silveira - HCMRS estão em conformidade com os instrumentos jurídicos formalizados (Termo de Contrato 089/2020 e aditivos) e com a legislação vigente. Portanto, uma vez que a própria auditoria aferiu a regularidade tanto na celebração dos instrumentos jurídicos para repasse dos recursos financeiros recebidos de origem federal e estadual, referentes às ações de média e alta complexidade no enfrentamento da COVID-19, como também certificou que os processos de pagamentos encontram-se regulares, por meio das CONSTATAÇÕES N.º 638383 E 637492, não há que falar-se em não-conformidade por descumprimento de prazo. Além disso, é de se dizer que a autonomia local do ente municipal encontra respaldo na lógica de financiamento da saúde pública prevista na Constituição da República, que preleciona a sua organização e custeio de maneira cooperativa e tripartite, concorrendo os Entes Federativos de acordo com as suas atribuições constitucionais e a preeminência dos interesses por estes geridos, de caráter nacional, regional ou local, devendo-se prevalecer, por certo, a autonomia do Município de Montes Claros para execução dos repasses e gestão do enfrentamento da COVID-19 em âmbito local". (...)

#### Análise da Justificativa:

Justificativa não acatada.

Em suma, no que tange aos recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde, alega a Administração Pública Municipal de Montes Claros, representada pela Secretaria Municipal de Saúde que o atraso na efetivação do repasse dos recursos financeiros federais para combate ao COVID-19, ocorreu em virtude de processos administrativos próprios do órgão e suscita a autonomia do ente federado municipal. Além disso, cita também outras constatações do relatório de auditoria como comprovação da inexistência de ato irregular/ilegal conforme disposto nas constatações 637487 e 637489.

Na mesma linha da Constatação 637486, mesmo reconhecendo a necessidade dos trâmites burocráticos do processo, a fim de atender ao princípio da legalidade, entendemos que não deve prosperar a justificativa em virtude das seguintes razões:

- 1 - O Objetivo precípua de disponibilizar a prestação de repasses financeiros pela União/Estados e Municípios às unidades hospitalares, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), é de fomentar o aumento e melhoria da capacidade de resposta de tais entidades no sentido de permitir-lhes atuar de forma coordenada

Auditoria nº 667



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



e articulada com o Ministério da Saúde e com os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, no controle do avanço da epidemia da Covid-19 e no atendimento à população.

Para tanto, conforme ratificado pelos Decretos de Calamidade Pública e na promulgação de outros dispositivos legais (Leis/Portarias/Resoluções Estaduais) é imprescindível a agilidade no repasse dos recursos às instituições hospitalares a fim de buscar o intento pretendido.

Tal princípio de eficiência está consolidado pelo legislador no §3º da Lei 13995/2020:

(...) §3º O recebimento do auxílio financeiro previsto no caput deste artigo independe da eventual existência de débitos ou da situação de adimplência das entidades beneficiadas em relação a tributos e contribuições na data do crédito pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS).(...)

2 - O próprio contrato P089/2020 celebrado entre a FUNAM e o Município e utilizado como instrumento jurídico de repasses dos recursos financeiros federais para combate ao COVID-19 também determina sobre o prazo:

Termo de Contrato 089/2020 - Cláusula Terceira - Parágrafo Primeiro e seus aditivos

(...) Fica estabelecido o prazo de até o 5º dia útil, após a transferência de recursos feita pela União/Estado, para que o CONTRATANTE possa efetuar o pagamento dos recursos do componente pré-fixado ao CONTRATADO, vinculado a comprovação de disponibilidade de recurso específico em conta, conforme Portaria 2617 de 1º de novembro de 2013, art. 1º.

3 - Não há que se evocar o princípio da autonomia do ente federado a fim de eximir-se do cumprimento da norma positivada e expressa pela União, que fomentou o recurso para repasse à unidade hospitalar, e delineou juridicamente as determinações para o seu cumprimento. Como citado anteriormente, a preocupação e o intuito era de fornecer agilidade e eficiência ao processo, em resposta a uma pandemia global que caracterizava-se de grande monta no que tange a potencial lesivo do tecido social e que exigia ações tempestivas dos gestores de todas as esferas de governo. Não pode o processo burocrático da máquina pública criar barreiras frente ao combate à COVID-19 e acarretar aumento no risco sanitário de uma pandemia que por si só já se reveste de caráter tão destrutivo.

4 - Além disso, cabe ressaltar também que sob o prisma das constatações citadas e que, a juízo do auditado, pretensamente caracterizaria a inexistência de irregularidades quanto ao prazo de repasse, a qual refutamos tal assertiva. O Relatório de Auditoria nas constatações 638383 E 637492 atesta que houve celebração de instrumentos jurídicos para repasse dos recursos financeiros e que os processos de pagamento estão instruídos de forma regular, mas não há que se falar que tais assertivas elidem o auditado de repassar o recurso no prazo regulamentar, conforme determina a norma legal.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Observar os prazos no que tange ao repasse de recursos financeiros para as entidades beneficiadas com recursos públicos, conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos firmados (Termo de Contrato 089/2020 - Cláusula Terceira Parágrafo Primeiro e seus aditivos) e normas que regulamentam os repasses, conforme disposto na Portaria de Consolidação do SUS nº 06/2017 - art. 3º § 3º e Seção IV - art. 303; Decreto nº 10.360/2020, art. 1º. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTES CLAROS - FMS MONTES CLAROS	11.495.687/0001-08

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 637489

Auditoria nº 667



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Movimentação financeira

**Constatação:** A SMS de Montes Claros não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira-HCMRS.

**Evidência:** Dando continuidade à constatação 637487, estão explicitados abaixo, conforme registrado no Anexo 01, os recursos que foram repassados ao HCMRS mediante os respectivos instrumentos:

- 11º Termo Aditivo ao Contrato nº 089/2020 - Repasse de R\$ 1.319.040,00 (um milhão, trezentos e dezenove mil e quatrocentos reais), mediante Nota de Empenho 6331/2021 do FMS MC c.c. 38797-5 - ag. 3209-3 - BB para o HCMRS na c.c. nº 40025-4 - ag. 3209-3 - BB. Ocorre que estes recursos federais são oriundos das Portarias GM/MS nº 501/2021 e 643/2021 e deveriam ter sido repassados de forma integral ao beneficiário em até 05 (cinco) dias úteis após o crédito na conta do FMS de Montes Claros. As ordens bancárias do FNS para o FMS foram efetuadas em 25/03/2021 e 16/04/2021, respectivamente, e em ambos, os repasses para a conta do Hospital só foram efetivados em 25/05/2021.

- 12º Termo Aditivo ao Contrato nº 089/2020 - Repasse de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), mediante Nota de Empenho 7313/20 do FMS MC c.c. 38797-5 - ag. 3209-3 - BB para o HCMRS na c.c. nº 40025-4 - ag. 3209-3 - BB. Ocorre que este recurso federal é oriundo da Portaria GM/MS nº 897/2021 e deveria ter sido repassado de forma integral ao beneficiário em até 05 (cinco) dias úteis após o crédito na conta do FMS de Montes Claros. A ordem bancária do FNS para o FMS foi efetuada em 12/05/2021 e o repasse para a conta do Hospital só foi efetivado em 14/06/2021.

- 13º Termo Aditivo ao Contrato nº 089/2020 - Repasse de R\$ 1.872.000,00 (um milhão, oitocentos e setenta e dois mil reais), mediante Notas de Empenho 8094/2021 e 8095/2021 do FMS MC c.c. 38797-5 - ag. 3209-3 - BB para o HCMRS na c.c. nº 40025-4 - ag. 3209-3 - BB. Ocorre que estes recursos federais são oriundos das Portarias GM/MS nº 947/2021 e 1059/2021 e deveriam ter sido repassados de forma integral ao beneficiário em até 05 (cinco) dias úteis após o crédito na conta do FMS de Montes Claros. A ordem bancária do FNS para o FMS foi efetuada em 31/05/2021 e ambos os repasses para a conta do Hospital só foram efetivados em 09/07/2021.

Até a finalização dos trabalhos operativos, os repasses referentes às Portarias Federais nº 1135/2021 (Depositado pelo FNS no FMS em 16/06/21); 1407/2021 e 1453/2021 (Depositado pelo FNS no FMS em 07/07/21); 1966/2021 (Depositado pelo FNS no FMS em 25/08/21) e 2006/2021 (Depositado pelo FNS no FMS em 23/08/21) ainda não haviam sido efetivados ao HCMRS.

Tal fato está em desacordo com Portaria de Consolidação do SUS nº 06/2017 - art. 3º § 3º e Seção IV - art. 303; Decreto nº 10.360/2020, art. 1º e Termo de Contrato 089/2020 - Cláusula Terceira - Parágrafo Primeiro e seus aditivos.

**Fonte da Evidência:** - Consulta das transferências do FNS ao FMS de Montes Claros - [HTTPS://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada/acao](https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada/acao), extraída em 10/08/2021;  
- Relação de Contas do FMS Montes Claros;  
- Relação de Contas do HCMRS;  
- Processos de Pagamentos/Notas de Empenhos Ordinários 7715/20, 9427/20, 9733/20, 3287/2021, 3291/2021, 6331/2021, 7313/20, 8094/2021 e 8095/2021;  
- Extratos bancários das Contas: 1 - FMS MC c.c. 38797-5 - ag. 3209-3 - BB / 2 - HCMRS c.c. nº 17640-0 - ag. 42757 - BB / 3 - HCMRS c.c. nº 17664-8 - ag. 4275-7 - BB / 4 - HCMRS na c.c. nº 17671-0 - ag. 4275-7 - BB / 5 - HCMRS na c.c. nº 17669-9 - ag. 4275-7 - BB / 6 - HCMRS na c.c. nº 40025-4 - ag. 3209-3 - BB;  
- Razão de Bancos da FMS Montes Claros c.c. 38797-5 - ag. 3209-3 - BB.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício nº 104/2022/GAB/PROGE, datado de 04/07/2022 (assinado conjuntamente pelo Prefeito e pelo Procurador Geral do município), a Sra. D.P.G. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde) se posicionou da seguinte forma transcrita em trechos de sua manifestação em decorrência do limite de caracteres do SISAUDSUS:

Auditoria nº 667





(...) "Entretanto, para adequado deslinde das constatações deve-se levar em consideração a forma que esses repasses foram realizados. Isso porque, por decisão administrativa local, sopesando os custos e procedimentos que seriam feitos exclusivamente em decorrência da COVID-19, o Município de Montes Claros optou por realizar a contratualização dos procedimentos da COVID-19 no bojo dos instrumentos já firmados com os prestadores hospitalares credenciados através do Chamamento Público nº 11/2019 e contratados no Processo Licitatório - Inexigibilidade 89/2020, em vez de celebrar instrumento próprio de maneira apartada. Desta sorte, os pagamentos pelos procedimentos comuns e aqueles específicos para enfrentamento da pandemia foram realizados nos mesmos contratos, levando-se em consideração os Planos Operativos já aprovados, a Programação Pactuada Integrada e os impactos gerados pela suspensão dos procedimentos eletivos, ensejando salutar equilíbrio entre o custeio dos procedimentos hospitalares contratados e a manutenção da rede de atenção hospitalar em estado de alerta, preparada para o enfrentamento do estado pandêmico da COVID-19. Portanto, foram necessários diversos aditivos e alterações contratuais a fim de ajustar o que havia sido originalmente pactuado com as novas contingências impostas pela pandemia da COVID-19, o que tornou absolutamente inexequível o repasse do pagamento integral aos beneficiários em até 05 (cinco) dias úteis, considerando o necessário fluxo administrativo e os prazos legais para formalização e tramitação dos processos administrativos". (...)

(...) "Como se nota, a inobservância do prazo de até 05 (cinco) dias úteis para repasse dos recursos federais é desdobramento de decisão administrativa local, no exercício de sua autonomia constitucional, que optou por realizar a contratualização dos procedimentos da COVID-19 no bojo dos instrumentos já firmados, por meio de termos de aditamento e alterações contratuais, o que exige prazo superior a cinco dias para o desempenho de todos os atos burocráticos. No entanto, cumpre mencionar que a forma de repasse dos recursos federais não é ilícita, nem mesmo irregular, na medida em que a própria Auditoria Assistencial, por meio da CONSTATAÇÃO N.º 638383, aferiu a conformidade da seguinte situação: "A Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros-SMS celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira - HCMRS para repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e Municipal), referentes ao enfrentamento da COVID-19 destinados às ações de média e alta complexidade, de acordo com as regras que viabilizaram os repasses". Igualmente, através da CONSTATAÇÃO N.º 637492, verificou-se relatório de conformidade dos seguintes pontos: "Os processos de pagamento referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID-19 destinados ao Prestador Hospital das

Clínicas Mário Ribeiro da Silveira - HCMRS estão em conformidade com os instrumentos jurídicos formalizados (Termo de Contrato 089/2020 e aditivos) e com a legislação vigente." Portanto, uma vez que a própria auditoria aferiu a regularidade tanto na celebração dos instrumentos jurídicos para repasse dos recursos financeiros recebidos de origem federal e estadual, referentes às ações de média e alta complexidade no enfrentamento da COVID-19, como também certificou que os processos de pagamentos encontram-se regulares, por meio das CONSTATAÇÕES N.º 638383 E 637492, não há que falar-se em não-conformidade por descumprimento de prazo. Além disso, é de se dizer que a autonomia local do ente municipal encontra respaldo na lógica de financiamento da saúde pública prevista na Constituição da República, que preleciona a sua organização e custeio de maneira cooperativa e tripartite, concorrendo os Entes Federativos de acordo com as suas atribuições constitucionais e a proeminência dos interesses por estes geridos, de caráter nacional, regional ou local, devendo-se prevalecer, por certo, a autonomia do Município de Montes Claros para execução dos repasses e gestão do enfrentamento da COVID-19 em âmbito local". (...)

#### **Análise da Justificativa:** Justificativa não acatada.

Em suma, no que tange aos recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde, alega a Administração Pública Municipal de Montes Claros, representada pela Secretaria Municipal de Saúde que o atraso na efetivação do repasse dos recursos financeiros federais para combate ao COVID-19, ocorreu em virtude de processos administrativos próprios do órgão e suscita a autonomia do ente federado municipal. Além disso, cita também outras constatações do relatório de auditoria como comprovação da inexistência de ato irregular/ilegal conforme disposto nas constatações 637487 e 637489.

Na mesma linha da Constatação 637486, mesmo reconhecendo a necessidade dos trâmites burocráticos do processo, a fim de atender ao princípio da legalidade, entendemos que não deve prosperar a justificativa em virtude das seguintes razões:

1 - O Objetivo precípua de disponibilizar a prestação de repasses financeiros pela União/Estados e Municípios às unidades hospitalares, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), é de fomentar o aumento e melhoria da capacidade de resposta de tais entidades no sentido de permitir-lhes atuar de forma coordenada e articulada com o Ministério da Saúde e com os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, no controle do avanço da epidemia da Covid-19 e no atendimento à população.

Para tanto, conforme ratificado pelos Decretos de Calamidade Pública e na promulgação de outros dispositivos legais (Leis/Portarias/Resoluções Estaduais) é imprescindível a agilidade no repasse dos recursos às instituições hospitalares a fim de buscar o intento pretendido.

Auditoria nº 667





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Tal princípio de eficiência está consolidado pelo legislador no §3º da Lei 13995/2020:

(...) §3º O recebimento do auxílio financeiro previsto no caput deste artigo independe da eventual existência de débitos ou da situação de adimplência das entidades beneficiadas em relação a tributos e contribuições na data do crédito pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS).(...)

2 - O próprio contrato P089/2020 celebrado entre a FUNAM e o Município e utilizado como instrumento jurídico de repasses dos recursos financeiros federais para combate ao COVID-19 também determina sobre o prazo:

Termo de Contrato 089/2020 - Cláusula Terceira - Parágrafo Primeiro e seus aditivos

(...) Fica estabelecido o prazo de até o 5º dia útil, após a transferência de recursos feita pela União/Estado, para que o CONTRATANTE possa efetuar o pagamento dos recursos do componente pré-fixado ao CONTRATADO, vinculado a comprovação de disponibilidade de recurso específico em conta, conforme Portaria 2617 de 1º de novembro de 2013, art. 1º.

3 - Não há que se avocar o princípio da autonomia do ente federado a fim de eximir-se do cumprimento de norma positivada e expressa pela União que fomentou o recurso para repasse à unidade hospitalar e delineou juridicamente as determinações para o seu cumprimento. Como citado anteriormente, a preocupação e o intuito era de fornecer agilidade e eficiência ao processo, em resposta a uma pandemia global que caracterizava-se de grande monta no que tange a potencial lesivo do tecido social, o que exigia ações tempestivas dos gestores de todas as esferas de governo. Não pode o processo burocrático da máquina pública criar barreiras frente ao combate à COVID-19 e acarretar aumento no risco sanitário de uma pandemia que por si só já se reveste de caráter tão destrutivo.

4 - Além disso, cabe ressaltar também que sob o prisma das constatações citadas e que, a juízo do auditado, pretensamente caracterizaria a inexistência de irregularidades quanto ao prazo de repasse, a qual refutamos tal assertiva. O Relatório de Auditoria nas constatações 638383 E 637492 atesta que houve celebração de instrumentos jurídicos para repasse dos recursos financeiros e que os processos de pagamento estão instruídos de forma regular, mas não há que se falar que tais assertivas elidem o auditado de repassar o recurso no prazo correto conforme determina a norma legal.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Observar os prazos no que tange ao repasse de recursos financeiros para as entidades beneficiadas com recursos públicos, conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos firmados (Termo de Contrato 089/2020 - Cláusula Terceira Parágrafo Primeiro e seus aditivos) e normas que regulamentam os repasses, conforme disposto na Portaria de Consolidação do SUS nº 06/2017 - art. 3º § 3º e Seção IV - art. 303; Decreto nº 10.360/2020, art. 1º.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTES CLAROS - FMS MONTES CLAROS	11.495.687/0001-08

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 637491

**Subgrupo:** Execução Orçamentária

**Item:** Contrapartida/EC 29

Auditoria nº 667



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Constatação:** A SMS de Montes Claros não aplicou recursos próprios para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira.

**Evidência:** Em auditoria, constatou-se que a SMS de Montes Claros não aplicou recursos próprios para o enfrentamento da COVID-19, nas ações de média/alta complexidade no Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira (HCMRS).

Ressalta-se que também não foram efetuadas aquisições, por parte da SMS, de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos para destinação ao prestador hospitalar supracitado, para o enfrentamento à COVID 19. Todos os repasses realizados foram oriundos de recursos de origem estadual ou federal.

No próprio instrumento jurídico formalizado (Termo de Contrato nº 089/2020 e seus aditivos) há inserção de um dispositivo (Cláusula Terceira - Parágrafo Quarto) vedando a contrapartida municipal de alocação de recursos próprios para a aplicação de recursos no enfrentamento da COVID-19 no referido hospital.

Tal fato está em desacordo com a Lei Complementar 141/2012, art. 1º, inciso II e art. 7º e Portaria de Consolidação nº 06/2017, art. 2º.

**Fonte da Evidência:**

- Relação de Contas do FMS Montes Claros;
- Relação de Contas do HCMRS;
- Extratos bancários das Contas: 1 - FMS MC c.c. 38797-5 - ag. 3209-3 - BB (Custeio) / 2 - FMS MC c.c. 34092-8 ag. 3209-3 - BB (recursos próprios - Saúde 15%) / 3 - HCMRS c.c. nº 17640-0 - ag. 4275-7 - BB / 4 - HCMRS c.c. nº 17664-8 - ag. 4275-7 - BB / 5 - HCMRS na c.c. nº 17671-0 - ag. 4275-7 - BB / 6 - HCMRS na c.c. nº 17669-9 - ag. 4275-7 - BB / 7 - HCMRS na c.c. nº 40025-4 - ag. 3209-3 - BB;
- Cópia de Termo de Contrato nº 089/2020 e seus aditivos;
- Razão de Bancos do FMS MC c.c. 38797-5 - ag. 3209-3 - BB (Custeio) no período de mar/2020 a setembro/2021;- Razão de Bancos Credor HCMRS;
- Termo de Entrevista com Gerente de Contabilidade e Finanças J.C.V.D.D. tomado em 06/10/2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício nº 104/2022/GAB/PROGE, datado de 04/07/2022 (assinado conjuntamente pelo Prefeito e pelo Procurador Geral do município), a Sra. D.P.G. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde) se posicionou da seguinte forma transcrita em trechos de sua manifestação em decorrência do limite de caracteres do SISAUDSUS:

(...) "Entretanto, a atribuição de não-conformidade quanto a este ponto específico induz à falsa constatação de que o Município de Montes Claros não teria aportado recursos próprios no enfrentamento da COVID-19, nem realizado financiamento das ações e serviços públicos de saúde, o que, evidentemente, não merece prosperar. Nesse sentido, a título de esclarecimento, de fato, o Município de Montes Claros não repassou recursos próprios para o Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, visto que, comprometido em ampliar a capacidade assistencial hospitalar local, aplicou recursos do Tesouro Municipal destinado às ações de média/alta complexidade na estruturação de Hospitais de Campanha na Unidade de Pronto Atendimento Municipal Dr. Alpheu Gonçalves de Quadros e na Unidade de Pronto

Atendimento - UPA Chiquinho Guimarães, ambos para suporte à Rede de Atenção Hospitalar ao paciente acometido pela COVID-19". (...)

(...) "Feitas essas considerações, é inconcebível a atribuição de não-conformidade ao Município de Montes Claros, por ocasião de suposto descordo com a Lei Complementar Federal nº 141/201 e Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 06/2017, que estabelecem ser o financiamento das ações e serviços públicos de saúde de responsabilidade das três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), na medida em que resta sobejamente evidenciado a aplicação de recursos próprios por parte do ente municipal, no enfrentamento da COVID-19". (...)

**Análise da Justificativa:** Justificativa acatada.

Em suma, alega a Administração Pública Municipal de Montes Claros que aportou recursos próprios municipais no financiamento das ações e serviços públicos de saúde para combate ao COVID-19.

Conforme comprovado pela documentação encaminhada, notadamente no Anexos IV parte 1 e 2 da defesa do auditado, pode-se concluir que não foi aplicado recursos próprios no HCMRS, mas houve aplicação de recursos próprios municipais.

Nº 667



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



no financiamento das ações e serviços públicos de saúde para combate ao COVID-19, como nos hospitais de campanha e na UPA Chiquinho Guimarães.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

**Acatamento da Justificativa:** Sim

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 637492

**Subgrupo:** Execução Orçamentária

**Item:** Comprovação de despesas

**Constatação:** Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID-19

destinados ao Prestador Hospital das Clínicas Mário Ribeiro da Silveira-HCMRS estão em conformidade com os instrumentos jurídicos formalizados (Termo de Contrato 089/2020 e aditivos) e com a legislação vigente.

**Evidência:** Em auditoria, constatou-se que os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade de enfrentamento à COVID-19 destinados ao HCMRS se encontram regulares e devidamente instruídos, com existência de notas de empenho, recibos assinados, comprovantes de transferências, solicitações internas, certidões de regularidade do hospital e instrumento jurídico formalizado, entre outros.

A Secretária Municipal de Saúde assina ordenando a despesa e autorizando o pagamento. Geralmente quem assina a liquidação é a Diretora Administrativa e Financeira da SMS de Montes Claros.

Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, art. 63 §2º - incisos I, II e III; Instrução Normativa TCE/MG nº 19, art. 10 - inciso I ao VI - §1º e 2º e Lei Federal nº 8.666/93 - arts. 24 e 25 e Termo de Contrato 089/2020 em sua Cláusula Oitava - Item II - Das Obrigações do Contratante.

**Fonte da Evidência:** - Processos de Pagamentos/Notas de Empenhos Ordinários 6029/2021, 6030/2021, 9233/2021, 7715/20, 9427/20, 9733/20, 3287/2021, 3291/2021, 6331/2021, 7313/20, 8094/2021 e 8095/2021; - Termo de Contrato nº 089/2020 e seus aditivos

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 637389

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Contratualização

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros-SMS realiza acompanhamento da execução dos instrumentos

jurídicos firmados com o Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira-HCMRS para enfrentamento da COVID-19.

**Evidência:** 1) Sobre o acompanhamento da execução do Contrato Para Prestadores Hospitalares - P 089/20-02, de 01/04/2020: Constatou-se que foi instituída a Comissão de Acompanhamento da Contratualização da Fundação Educacional Alto e Médio São Francisco, por meio da Portaria SMS nº 09, de 22/04/2020, alterada pela Portaria SMS nº 27, de 27/07/2021. A comissão é composta por membros do Hospital, da SMS e do Conselho Municipal de Saúde de Montes Claros e sua função é monitorar a execução das ações e serviços de saúde pactuados, por meio da avaliação do cumprimento de metas quali-quantitativas e físico-financeiras.

Auditoria nº 667



A avaliação das metas qualitativas ocorre mensalmente, a partir dos dados enviados pelo prestador à SMS. Também ocorre reunião mensal da Comissão de Acompanhamento da Contratualização para discussão dos resultados. Além disso, as metas são avaliadas trimestralmente pelos dados oficiais do Ministério da Saúde (Tabwin/Datasus). Foram apresentados Relatórios mensais e trimestrais emitidos pela SMS, sobre a avaliação das metas qualitativas do Hospital, bem como Atas de reunião da Comissão de Acompanhamento da Contratualização, referentes ao período de Abril/2020 a Julho/2021.

Já a avaliação das metas quantitativas ocorre trimestralmente e tem como fonte de dados, os sistemas de informações do Ministério da Saúde (SIA e SIH). Foram apresentadas Atas de reunião da Comissão de Acompanhamento da Contratualização para avaliação das metas quantitativas, referentes aos três trimestres compreendidos no período de Abril/2020 a Abril/2021.

2) Sobre o acompanhamento da execução dos Contratos Administrativos de Repasse de Recursos: P 0163/21-01, de 29/04/2021 e P 0319/21-01, de 12/07/2021, referentes, respectivamente, às Resoluções SES-MG nº 7.111/2020 e

7.461/2021. Constatou-se que, em ambos, consta a obrigação da Contratante de fiscalizar a execução do Plano de Trabalho. Em relação ao Contrato P 0319/21-01, foram apresentados relatórios de monitoramento do Plano de Trabalho elaborados pela própria instituição beneficiária. Já em relação ao Contrato P 0163/21-01, não foi apresentada documentação comprobatória do acompanhamento da sua execução.

3) Sobre o acompanhamento da execução do Contrato de Comodato P 003/2021, de 19/01/2021 e dos Contratos de Cessão de Posse P 077/21-01, de 05/03/2021; P 075/21-01, de 05/03/2021 e P 090/2021, de 12/03/2021: Constatou-se que em cada um desses contratos consta a obrigação da Cedente - SMS de Montes Claros - de fiscalizar as obrigações contidas nos instrumentos. Contudo, foi apresentado somente um Relatório de Visita Técnica, ocorrida em 19/08/2021, para conferência dos equipamentos descritos no Contrato de Cessão de Posse - P 090/2021.

Entretanto, considerando que nos Contratos Administrativos de Repasse de Recursos, assim como nos Contratos de Comodato/Cessão de Posse acima referidos não há previsão de periodicidade nem de método de acompanhamento e que os mesmos se encontram em seus períodos de vigência, constata-se que a SMS de Montes Claros ainda está em tempo de exercer seu papel fiscalizador.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo 2 do Anexo XXIV, Capítulo II, Artigo 5º, Inciso VII e Capítulo VI, Artigo 33; com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, Artigo 37; com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo V, Seção IV, Artigo 32, Caput; com a Resolução CIT nº

04/2012, Anexo I, Item 4.1.n.; com o Contrato Para Prestadores Hospitalares - P 089/20-02, Cláusula Sétima -

Fiscalização, Acompanhamento e Recebimento; com os Contratos Administrativos de Repasse de Recursos: P 0163/21-01 e P 319/21-01, Cláusula Terceira, Inciso II, Alíneas c, d; com o Contrato de Comodato P003/2021 e com os Contratos de Cessão de Posse P 077/21-01, P 075/21-01 e P 090/2021 - Cláusula Terceira, Item 3.1, Alínea b.

**Fonte da Evidência:** \* Contrato Para Prestadores Hospitalares - P 089/20-02, firmado entre a SMS de Montes Claros e a Fundação Educacional Alto e Médio São Francisco (Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira), em 01/04/2020, com vigência prorrogada até 31/03/2022 e dos Termos de Aditamento ao Contrato;

\* Portaria SMS nº 09, de 22/04/2020 que institui a Comissão de Acompanhamento da Contratualização da Fundação Educacional Alto e Médio São Francisco;

\* Portaria SMS nº 27, de 27/07/2021, que altera a Portaria SMS nº 09, de 22/04/2020;

\* Relatórios mensais emitidos pela SMS de Montes Claros, referentes à avaliação de metas qualitativas estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a SMS de Montes Claros e a Fundação Educacional Alto e Médio São Francisco, das competências de Abril/2020 a Maio/2021;

\* Atas de reunião da Comissão de Acompanhamento da Contratualização da Fundação Educacional Alto e Médio São Francisco, para avaliação das metas qualitativas, referentes às competências de Janeiro, Março, Abril, Maio e Julho de 2021;

\* Relatórios trimestrais emitidos pela SMS de Montes Claros, referentes à análise de metas qualitativas estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a SMS e a Fundação Educacional Alto e Médio São Francisco, dos trimestres de abril a julho/2020 e de Agosto a Novembro/2020;

\* Atas de reunião da Comissão de Acompanhamento da Contratualização da Fundação Educacional Alto e Médio

Auditoria nº 667



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



São Francisco, para avaliação das metas quantitativas, referentes aos quadrimestres de Abril a Julho de 2020, de Agosto a Dezembro de 2020 e de Janeiro a Abril de 2021.

- \* Contrato Administrativo de Repasse de Recursos: P 0163/21-01, de 29/04/2021, com vigência de 12 meses, contados a partir da sua assinatura;
- \* Contrato Administrativo de Repasse de Recursos: P 0319/21-01, de 12/07/2021, com vigência de 120 dias, contados a partir da sua assinatura e dos relatórios de monitoramento do Plano de Trabalho elaborados pela instituição beneficiária;
- \* Contrato de Comodato P 003/2021, de 19/01/2021 e do Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato, de 13/07/2021 - vigência prorrogada até 18/01/2022;
- \* Contrato de Cessão de Posse P 077/21-01, de 05/03/2021 e dos Primeiro e Segundo Termos de Aditamento ao Contrato, respectivamente, de 17/06/2021 e de 10/08/2021 - vigência prorrogada até 04/12/2021;
- \* Contrato de Cessão de Posse P 075/21-01, de 05/03/2021 e dos Primeiro e Segundo Termos de Aditamento ao Contrato, respectivamente, de 17/06/2021 e de 10/08/2021 - vigência prorrogada até 04/12/2021;
- \* Contrato de Cessão de Posse - 090/2021, de 12/03/2021 e dos Primeiro e Segundo Termos de Aditamento ao Contrato, respectivamente, de 17/06/2021 e de 10/08/2021 - vigência prorrogada até 11/12/2021;
- \* Relatório de Visita Técnica, de 19/08/2021, para conferência dos equipamentos do Contrato de Cessão de Posse - P 090/2021.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 637296

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Documentação/Registros

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros-SMS realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira.

**Evidência:** Durante a auditoria, verificou-se que na SMS de Montes Claros ocorre o acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira e que esta ação está sob responsabilidade da Sra. C.M.S.L., Enfermeira de Regulação.

Segundo a Sra. C.M.S.L., o acompanhamento da ocupação dos leitos foi iniciado em abril de 2020. Nessa época, ela encaminhou e-mail e ofício ao Hospital, com modelo padronizado da tabela para coleta de informações sobre todos os leitos - COVID e não COVID.

Desde então, diariamente recebe do Hospital (Setor de Gestão de Leitos/Infecção Hospitalar), a planilha de monitoramento, com nome dos pacientes internados por tipo de leito (clínico, de UTI ou de suporte ventilatório), por meio de uma pasta compartilhada no Google Drive, além de receber, por e-mail, uma planilha com dados consolidados do número de pacientes por tipo de leito. Analisa as duas planilhas, verifica se há divergências entre elas e, caso haja, entra em contato com os profissionais do Hospital para que sejam realizadas as adequações.

Insere as informações recebidas do Hospital em uma planilha de monitoramento, a qual já possui dados sobre o número atualizado de leitos disponíveis no Hospital. Esse número é compatibilizado com o CNES, que possui o número de leitos conferido pela Vigilância Sanitária juntamente com a Regulação Municipal.

Gera tabelas com a taxa de ocupação por tipo de leito, além de outra planilha com pacientes por origem. Até as 16h de cada dia, finaliza a elaboração de slides informativos e os envia para a Sala de Situação. Os profissionais da Sala de Situação reúnem essas informações com as fornecidas pelo Setor de Epidemiologia e enviam os dados para a Assessoria de Comunicação do Município divulgar. A divulgação é realizada no site da Prefeitura e nas redes sociais - Instagram e Facebook.

Auditoria nº 667





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Foram apresentadas planilhas emitidas pela Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação da SMS de Montes Claros, com as taxas de ocupação diária dos leitos destinados ao atendimento COVID, do Hospital das Clínicas (leitos clínicos, de UTI Adulto e de Suporte Ventilatório). Os dados sobre os leitos clínicos são do período de maio/2020 a julho/2021; sobre os leitos de UTI Adulto COVID são a partir de junho/2020 e sobre os leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, a partir de fevereiro/2021. Verificou-se que as maiores taxas de ocupação foram registradas no mês de março/2021, para todos os tipos de leitos.

Foi apresentado o modelo da Planilha de Monitoramento Diário do Hospital, com dados consolidados do número de pacientes por tipo de leito (Planilha do dia 05/10/2021) e foi verificada, in loco, a pasta compartilhada no Google Drive com as planilhas de monitoramento diário dos pacientes internados por tipo de leito, do Hospital das Clínicas.

Foi apresentada uma amostra de um Boletim por mês, do período de abril/2020 a outubro/2021, com informações sobre a ocupação de leitos hospitalares, por instituição hospitalar do município.

Foram verificados os Boletins publicados diariamente no Portal da Transparência da Prefeitura de Montes Claros (<https://transparencia.montesclaros.mg.gov.br/boletim-epidemiologico>), os quais possuem informações sobre a ocupação de leitos, por instituição hospitalar (Leitos Clínicos, de UTI e de Suporte Ventilatório Pulmonar, por tipo: Geral, COVID e Não COVID).

Também foram apresentados modelos de postagens referentes à ocupação dos leitos hospitalares divulgadas nas redes sociais (Instagram e Facebook) da Prefeitura de Montes Claros.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art.5º, inciso II e com o Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus -COVID-19) da Macrorregião Norte, Item V. Sistemas de Apoio, Subitem V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais

#### Fonte da Evidência:

- \* Termo de Entrevista com a Sra. C.M.S.L., Enfermeira de Regulação, de 06/10/2021;
- \* Cópia Digital das Planilhas emitidas pela Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação, da SMS de MontesClaros, com as taxas de ocupação diária dos leitos destinados ao atendimento COVID, do Hospital das Clínicas: sobre os leitos clínicos - do período de maio/2020 a julho/2021; sobre os leitos de UTI Adulto COVID - de junho/2020 a julho/2021 e sobre os leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar - de fevereiro/2021 a julho/2021;
- \* Cópia Digital do Modelo de Planilha de Monitoramento Diário do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, com dados consolidados do número de pacientes por tipo de leito (Planilha do dia 05/10/2021);
- \* Pasta compartilhada no Google Drive com as planilhas de monitoramento diário dos pacientes internados por tipo de leito (clínico, de UTI ou de suporte ventilatório) do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, verificada na SMS de Montes Claros, em 05/10/2021;
- \* Cópia Digital de uma amostra de um Boletim por mês, do período de abril/2020 a outubro/2021, com informações sobre a ocupação de leitos hospitalares, por Hospital do município;
- \* Print de tela do Portal da Transparência da Prefeitura de Montes Claros (<https://transparencia.montesclaros.mg.gov.br/boletim-epidemiologico>), acessado em 19/10/2021;
- \* Cópia Digital de modelos de postagens referentes à ocupação dos leitos hospitalares divulgadas nas redes sociais (Instagram e Facebook) da Prefeitura de Montes Claros. **Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 637331

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros-SMS realiza controle e avaliação da produção referente às

Auditoria nº 667





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



#### Evidência:

internações realizadas pelo Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, no atendimento de casos de COVID-19.

Durante a auditoria, verificou-se que existem ações de monitoramento, por parte da SMS de Montes Claros, em relação à produção de internações por COVID realizadas pelo Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira.

Existe uma equipe de médicos revisores hospitalares atuando nos Hospitais públicos e conveniados ao SUS de Montes Claros, que foi nomeada por meio da Portaria SMS nº 33 de 20/09/2021. Esses médicos fazem rodízio entre si para troca dos hospitais, atuando em média dois anos em cada instituição. Desde setembro de 2021, atua no Hospital das Clínicas a médica E.I.S.N.; anteriormente, atuava a médica F.P.L.P.

Segundo a médica F.P.L.P, o revisor tem como rotina a visita ao Hospital, de 3 a 4 vezes por semana. Ele analisa os prontuários e os procedimentos propostos para cobrança ao SUS e, caso a doença atendida não confira com o procedimento cobrado, é devolvido o prontuário para que o médico realize as adequações necessárias.

Antes do envio mensal de dados ao Datasus, o profissional responsável pelo processamento do Sistema de Internações Hospitalares (SIH) do município realiza a conferência entre a produção informada pelo Hospital no SIH e a produção aprovada pelo médico revisor e realiza pagamento somente do que foi aprovado pelo revisor.

O médico revisor também analisa as críticas do SIH e verifica se as AIHs bloqueadas podem ou não ser liberadas.

Foram apresentados relatórios da atuação da médica revisora do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, que indicam a revisão de 100% das internações realizadas por COVID na Instituição.

Também foram apresentados os seguintes relatórios extraídos do SIH, referentes ao Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira:

- Relatório de AIHs Rejeitadas da competência 08/2021;
- Relatório de valores brutos de produção da competência 08/2021;
- Relatório de utilização de leitos, das competências 06, 07, 08 e 12/2020 e de 01 a 05/2021, que demonstram o limite de leitos disponíveis na competência (incluindo UTI Adulto COVID-19), a quantidade utilizada e o saldo;
- Relatório com o Resumo dos Valores Aprovados por CNES, da competência 08/2021, que apresenta a produção aprovada, a percentual de rejeição e os valores financeiros produzidos nos serviços hospitalares, serviços profissionais e no total.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Artigo 10, Inciso I; com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, item 4.1.n; com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, Artigo 37 e com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar - SIH de janeiro/2017, item 4.3, p. 9.

#### Fonte da Evidência:

\* Cópia Digital da Portaria SMS nº 33 de 20/09/2021, que dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão

Municipal do Serviço de Regulação, Autorização e Supervisão Hospitalar no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, revoga a Portaria/SMS nº 21, de 27 de dezembro de 2018 e dá outras providências;

\* Cópia Digital da Escala de médicos revisores por local de atuação, da SMS de Montes Claros, atualizada em agosto de 2021;

\* Termo de Entrevista com a Sra. F.P.L.P., médica revisora da SMS de Montes Claros, de 07/10/2021;

\* Cópia Digital da Relação de AIHs apresentadas pelo Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, autorizadas pela médica revisora F.P.L.P., referente à competência 08/2021;

\* Cópia Digital do Relatório extraído do SIH, referente ao Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira de AIHs Rejeitadas da competência 08/2021;

\* Cópia Digital do Relatório extraído do SIH, referentes ao Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira de valores brutos de produção da competência 08/2021;

\* Cópia Digital do Relatório extraído do SIH, referente ao Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira de utilização de leitos, das competências 06, 07, 08 e 12/2020 e de 01 a 05/2021;

\* Cópia Digital do Relatório extraído do SIH, referente ao Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira com o Resumo dos Valores Aprovados por CNES, da competência 08/2021.

Auditoria nº 667



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 638391

**Subgrupo:** Contrato

**Item:** Prestação de Contas

**Constatação:** A SMS de Montes Claros não valida os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos firmados e normas que regulamentam os repasses.

**Evidência:** Durante a auditoria operativa, verificou-se que a SMS de Montes Claros não valida os dados referentes à prestação de contas do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira. Apesar do referido hospital já ter encaminhado parte dos documentos referentes à prestação de contas dos recursos referentes à Portaria GM/MS nº 1.393/2020 (R\$ 513.694,71) e à Portaria GM/MS nº 1.448/2020 (R\$ 1.005.786,04), os documentos ainda não foram analisados pela SMS. O setor de prestação de contas ainda não se encontra estruturado na SMS de Montes Claros e, no momento da auditoria operativa, apenas uma enfermeira realizava essa atividade. A SMS não possui contador para avaliar a execução contábil e financeira dos processos de prestação de contas.

Tal fato está em desacordo com Portaria de Consolidação/MS nº 02/2017, Anexo XXVI, artigo 10, inciso I e II; com a Lei Federal nº 13.995/2020 - art. 3º - Parágrafo Único; com a Portaria GM/MS nº 774/2020 - art. 5º; com a Portaria GM/MS nº 1393/2020 - art. 6º e com a Portaria GM/MS nº 1448/2020 - art. 1º.

**Fonte da Evidência:** \*Declaração da Sra. A.V.C., enfermeira responsável pela prestação de contas, de 06/10/2021; \*Memo nº 3165/2021/GAB/SMS, de 17 de agosto de 2021;  
\*Memo nº 391/REG/PLAN, de 23 de abril de 2020.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício nº 104/2022/GAB/PROGE, datado de 04/07/2022 (assinado conjuntamente pelo Prefeito e pelo Procurador Geral do município), a Sra. D.P.G. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde) se manifestou da seguinte forma:

3.60 - Da análise da Constatação nº 638391 disposta no relatório de auditoria preliminar, extrai-se como evidência de nãoconformidade a ausência de setor de prestação de contas estruturado na Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista que órgão não dispunha de contador para avaliar a execução contábil e financeira dos processos de prestação de contas, sendo a atividade realizada apenas por uma servidora. Em relação a tal fato, foi consignado desacordo aos atos regulamentares acerca da prestação de contas e realização de Relatório Anual de Gestão - RAG.

3.61 - No que se refere ao setor de prestação de contas, que não se encontrava estruturado no momento da auditoria, é importante considerar, preambularmente, que o Município de Montes Claros perdeu a gestão dos prestadores em junho de 2015, conforme a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.155, de 15 de julho de 2015, a qual foi retomada no mês de maio de 2018, conforme a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.665, de 16 de fevereiro de 2018, sendo necessário uma reestruturação de todo o processo regulatório e reconfigurar todos os processos de trabalho.

3.62 - Além disso, o período pandêmico exigiu a priorização das ações de estruturação da Rede de Atenção à Saúde para a adequada assistência ao usuário do SUS, sem perder de vista a necessidade de adoção de todos os procedimentos relacionadas a prestação de contas e validação de dados.

3.63 - Tanto é verdade, que a própria Auditoria Assistencial, por meio da CONSTATAÇÃO N.º 637389, certificou a conformidade das ações em âmbito local no seguinte sentido: "A Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros - SMS realiza acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com o Hospital das Clínicas Mário Ribeiro da Silveira - HCMRS para enfrentamento da COVID-19."

3.64 - Para mais, através da CONSTATAÇÃO N.º 637296, verificou-se o seguinte: "A Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros - SMS realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital das Clínicas Mário Ribeiro da Silveira."

3.65 - Ademais, deve ser considerado, ainda, que a Auditoria Assistencial aferiu, por meio da CONSTATAÇÃO N.º 637331, a conformidade das ações desta municipalidade referente ao controle e avaliação da produção hospitalar, a saber: "A Secretaria

Auditoria nº 667



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Municipal de Saúde de Montes Claros - SMS realiza controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, no atendimento de casos de COVID-19".

3.66 - Por outro vértice, não se pode desconsiderar que o Município de Montes Claros conta com estrutura de controle interno própria na sua estrutura administrativa orgânica, que exerce as atribuições de controle, acompanhamento, fiscalização e validação de dados em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde. Nesse sentido, cite-se a atuação da Controladoria Geral do Município, Procuradoria-Geral do Município, Diretoria de Orçamento, Diretoria de Contabilidade e Diretoria de Licitações, cujo o exercício das atribuições integra todo o processo de formalização de contratação, desde a instauração até o pagamento.

3.67 - No entanto, esta municipalidade, ciente da necessidade de aprimoramento do processo de prestação de contas e validação de dados, já adotou, como medida corretiva, o processo de reestruturação de sua equipe gestora, o que resultou na constituição de uma equipe de prestação de contas, que, atualmente, conta com um Administrador, Adm. Leonardo Roger Almeida e um Assistente Administrativo, Lucas Ferreira Rodrigues.

3.68 - A fim de instruir o processo de auditoria assistencial quanto a este ponto, apresentasse documentação comprobatória, constante do Anexo V.

3.69 - Pelo exposto, uma vez que esta municipalidade não deixou de realizar os necessários procedimentos de prestação de contas, acompanhamento contínuo, controle e avaliação, bem como considerando que, além de dispor de estrutura orgânica própria para controle interno dos atos administrativos, já implantou, como medida corretiva, reestruturação da equipe gestora específica para prestação de contas, é o presente para requer sejam julgadas integralmente conforme as indicações da CONSTATAÇÃO N.º 638391.

#### Análise da Justificativa:

Analisando a justificativa do auditado, bem como a documentação apresentada, verificou-se que o setor de prestação de contas da SMS ainda não se encontra estruturado e que a SMS de Montes Claros ainda não valida os dados referentes à prestação de contas do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

#### Acatamento da Justificativa:

Não

**Recomendação:** Validar os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos firmados e normas que regulamentam os repasses, conforme disposto na Portaria de Consolidação/MS nº 02/2017, Anexo XXVI, artigo 10, inciso I e II; com a Lei Federal nº 13.995/2020 - art. 3º - Parágrafo Único; com a Portaria GM/MS nº 774/2020 - art. 5º; com a Portaria GM/MS nº 1393/2020 - art. 6º e com a Portaria GM/MS nº 1448/2020 - art. 1º. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTES CLAROS - FMS MONTES CLAROS	11.495.687/0001-08

**Grupo:** Regionalização, Planejamento e Programação

**Constatação Nº:** 637287

**Subgrupo:** Instrumentos de Planejamento PS

**Item:** Sistemática de Elaboração/Conteúdo

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros promoveu ajustes no Plano Municipal de Saúde e na Programação Anual de Saúde inserindo as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e os submeteu à aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

#### Evidência:

Durante a auditoria, verificou-se a existência do Plano Municipal de Saúde (PMS) 2018-2021, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Montes Claros, em 26/10/2017, bem como da Atualização do Plano Municipal de Saúde 2018-2021. Esse último documento foi aprovado pelo CMS de Montes Claros em 08/07/2020 e contém a atualização das planilhas de metas do PMS e a atualização financeira, devido à pandemia de COVID-19.

Auditoria nº 667



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Verificou-se ainda, a existência da Programação Anual de Saúde de 2020, com as ações referentes ao enfrentamento da COVID-19, a qual foi aprovada pelo CMS de Montes Claros em 08/07/2020.

Nesses documentos são apresentadas informações para os eixos: Atenção Básica, Média e Alta Complexidade, Vigilância em Saúde, Assistência Farmacêutica e Gestão.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, §3º incisos I, II e III e § 7º; com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 97, §1º incisos I, II e III e com a Nota Técnica nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS, Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3.

**Fonte da Evidência:**

- \*Cópia Digital do Plano Municipal de Saúde (PMS) 2018-2021, com a Deliberação nº 65 de 26/10/2017, referente à sua aprovação pelo CMS de Montes Claros;
- \*Cópia Digital da Atualização do Plano Municipal de Saúde 2018-2021, com a Deliberação nº 113 de 09/07/2020, referente à sua aprovação pelo CMS de Montes Claros;
- \*Cópia Digital da Programação Anual de Saúde de 2020, com a Deliberação nº 113 de 09/07/2020, referente à sua aprovação pelo CMS de Montes Claros;
- \*Cópia da Ata da 395ª reunião ordinária do CMS de Montes Claros, de 08/07/2020, de aprovação das metas de combate à pandemia de COVID-19 no município, inclusas no PMS 2018-2021 e na PAS 2020. **Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Regionalização, Planejamento e Programação

**Constatação Nº:** 637289

**Subgrupo:** Relatório de Gestão

**Item:** Sistemática de Elaboração/Conteúdo

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros apresentou os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior ao Conselho Municipal de Saúde e à Câmara de Vereadores, contemplando informações referentes ao enfrentamento da COVID-19.

**Evidência:**

Durante a auditoria, verificou-se a existência dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) referentes aos anos de 2020 e de 2021, os quais foram apreciados pelo CMS de Montes Claros e apresentados em audiência pública na Câmara Municipal de Saúde, conforme demonstrado a seguir:

- 1º RDQA de 2020: apreciado pelo CMS em 27/05/2020 e apresentado à Câmara em 29/05/2020;
- 2º RDQA de 2020: apreciado pelo CMS em 25/09/2020 e apresentado à Câmara em 30/09/2020;
- 3º RDQA de 2020: apreciado pelo CMS em 24/02/2021 e apresentado à Câmara em 26/02/2021;- 1º RDQA de 2021: apreciado pelo CMS em 26/05/2021 e apresentado à Câmara em 31/05/2021.

Foi realizada a análise do 1º RDQA de 2021 (último RDQA elaborado no período de abrangência da auditoria), sendo constatada a existência de prestação de contas de metas e ações referentes ao enfrentamento da COVID-19, as quais estão apresentadas pelos seguintes eixos: Assistência Farmacêutica; Atenção Básica; Atenção Especializada; Média e Alta Complexidade e Vigilância em Saúde.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2017, Título IV, art. 100, incisos I, II, III e com a Nota Técnica nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS, Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3.

**Fonte da Evidência:**

- \*Cópia Digital dos 1º, 2º e 3º RDQAs de 2020 e do 1º RDQA de 2021;
- \*Cópia Digital das Atas de apreciação dos RDQA referentes aos 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2020 e ao 1º quadrimestre de 2021, pelo CMS de Saúde de Montes Claros, respectivamente, de 27/05/2020, 25/09/2020, 24/02/2021 e 26/05/2021;
- \*Cópia Digital da Deliberação nº 111, de 28/05/2020 do CMS de Saúde de Montes Claros de aprovação do 1º RDQA 2020; da Deliberação nº 115, de 25/09/2020 de aprovação do 2º RDQA 2020; da Deliberação nº 125, de 25/02/2021 de aprovação com ressalvas do 3º RDQA 2020 e da Deliberação nº 128, de 27/05/2021 de avaliação do 1º RDQA 2021;

Auditoria nº 667



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



\*Cópia Digital das listas de presença das audiências públicas para apresentação dos RDQAs referentes aos 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2020 e ao 1º quadrimestre de 2021, à Câmara Municipal de Montes Claros, respectivamente, de 29/05/2020, 30/09/2020, 26/02/2021 e 31/05/2021. **Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Regionalização, Planejamento e Programação

**Constatação Nº:** 637291

**Subgrupo:** Instrumentos de Planejamento RAG

**Item:** Sistemática de Elaboração/Conteúdo

**Constatação:** O Relatório Anual de Gestão 2020 contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes a recursos destinados ao enfrentamento da pandemia de COVID-19.

**Evidência:** Durante a auditoria, verificou-se a existência do Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2020, aprovado com ressalvas pelo Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Montes Claros em 24/02/2021. Constatou-se que este instrumento contempla informações sobre metas assistenciais previstas e executadas para enfrentamento da COVID-19. Ressalta-se que, nas tabelas com as diretrizes, objetivos, metas e indicadores da Programação Anual de Saúde 2020 encontram-se com os campos zerados referentes à apuração do resultado e do percentual da meta. Contudo, a apuração dos resultados está descrita na forma de texto, depois das tabelas apresentadas.

Constatou-se ainda, que o RAG contempla informações sobre os recursos advindos da União e do Estado, além dos recursos próprios aplicados no enfrentamento da pandemia. Também apresenta informações sobre as despesas decorrentes do enfrentamento da pandemia, por fonte de recurso (Repasse da União, do Estado ou recursos próprios). Estão presentes as despesas empenhadas, liquidadas e pagas para as seguintes subfunções: Administração geral; Atenção Básica; Assistência Hospitalar e Ambulatorial, Suporte Profilático e Terapêutico e Vigilância Epidemiológica.

Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº 8.142/90, art. 4º, inciso IV; com a Lei Complementar nº 141/2012, art. 31, inciso II, art. 36, §1º e art. 39, §4º; com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 1/2017, Título IV, Capítulo I, art. 99, §1º, incisos I a IV; com o Decreto Federal nº 1.651/1995, art. 6º, §3º incisos I, II, III e IV; com a Nota Técnica nº 7/2020-CGFIPI/DGIP/SE/MS, Itens 2.11, 4.1, 4.2, 4.4, 4.5 e 5.3.

**Fonte da Evidência:**

- \* Cópia Digital do Relatório Anual de Gestão de 2020;
- \* Cópia Digital da Ata da 209ª Reunião Extraordinária do CMS de Montes Claros, de 24/02/2021, que aprova com ressalvas o Relatório Anual de Gestão de 2020;
- \* Cópia Digital da Deliberação nº 125, de 25/02/2021 de aprovação com ressalvas do Relatório Anual de Gestão de 2020.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 638388

**Subgrupo:** Execução Orçamentária

**Item:** Estruturação/Fundamentação Legal

**Constatação:** A SMS de Montes Claros promoveu as devidas alterações/complementações nas LDOs 2020 e 2021 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

**Evidência:** Durante a auditoria, verificou-se o Prefeito Municipal de Montes Claros complementou as LDOs 2020 e 2021, por meio de decretos que abrem Créditos Extraordinários/Especiais para inclusão/reforço dos Orçamentos Anuais destinados ao enfrentamento da Pandemia causada pelo coronavírus. Os referidos decretos foram os seguintes:

- Decreto Municipal nº 4016, de 01 de abril de 2020;
- Decreto Municipal nº 4027, de 17 de abril de 2020;

Auditoria nº 667





- Decreto Municipal nº 4048, de 25 de maio de 2020;
- Decreto Municipal nº 4053, de 02 de junho de 2020;
- Decreto Municipal nº 4060, de 22 de junho de 2020;
- Decreto Municipal nº 4070, de 13 de julho de 2020;
- Decreto Municipal nº 4072, de 15 de julho de 2020;
- Decreto Municipal nº 4086, de 12 de agosto de 2020;
- Decreto Municipal nº 4094, de 01 de setembro de 2020;
- Decreto Municipal nº 4104, de 21 de setembro de 2020;
- Decreto Municipal nº 4113, de 07 de outubro de 2020;
- Decreto Municipal nº 4118, de 21 de outubro de 2020;
- Decreto Municipal nº 4127, de 09 de novembro de 2020;
- Decreto Municipal nº 4134, de 24 de novembro de 2020;
- Decreto Municipal nº 4145, de 10 de dezembro de 2020;
- Decreto Municipal nº 4147, de 15 de dezembro de 2020;
- Decreto Municipal nº 4150, de 18 de dezembro de 2020;
- Decreto Municipal nº 4157, de 28 de dezembro de 2020;
- Decreto Municipal nº 4160, de 30 de dezembro de 2020;
- Decreto Municipal nº 4177, de 25 de fevereiro de 2021;- Decreto Municipal nº 4183, de 04 de março de 2021.

Tal fato está de acordo com o Decreto Federal Nº 10.360/2020 (art. 1º incisos I, II e III); a Instrução Normativa Nº 41/2020 (art. 2º incisos I, II alíneas a, b e c e inciso III), o Decreto Municipal nº 4016/2020, o Decreto Municipal nº 4027/2020, o Decreto Municipal nº 4048/2020, o Decreto Municipal nº 4053/2020, o Decreto Municipal nº 4060/2020, o Decreto Municipal nº 4070/2020, o Decreto Municipal nº 4072/2020, o Decreto Municipal nº 4086/2020, o Decreto Municipal nº 4094/2020, o Decreto Municipal nº 4104/2020, o Decreto Municipal nº 4113/2020, o Decreto Municipal nº 4118/2020, o Decreto Municipal nº 4127/2020, o Decreto Municipal nº 4134/2020, o Decreto Municipal nº 4145/2020, o Decreto Municipal nº 4147/2020, o Decreto Municipal nº 4150/2020, o Decreto Municipal nº 4157/2020, o Decreto Municipal nº 4160/2020, o Decreto Municipal nº 4177/2021 e o Decreto Municipal nº 4183/2021.

#### Fonte da Evidência:

- \*Lei Municipal nº 5.166, de 05 de julho de 2019, que estabelece as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do município de Montes Claros para exercício de 2020 (LDO 2020);
- \*Lei Municipal nº 5.288, de 21 de julho de 2020, que estabelece as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do município de Montes Claros para exercício de 2021 (LDO 2021);
- \*Decreto Municipal nº 4016, de 01 de abril de 2020;
- \*Decreto Municipal nº 4027, de 17 de abril de 2020;
- \*Decreto Municipal nº 4048, de 25 de maio de 2020;
- \*Decreto Municipal nº 4053, de 02 de junho de 2020;
- \*Decreto Municipal nº 4060, de 22 de junho de 2020;
- \*Decreto Municipal nº 4070, de 13 de julho de 2020;
- \*Decreto Municipal nº 4072, de 15 de julho de 2020;
- \*Decreto Municipal nº 4086, de 12 de agosto de 2020;
- \*Decreto Municipal nº 4094, de 01 de setembro de 2020;
- \*Decreto Municipal nº 4104, de 21 de setembro de 2020;
- \*Decreto Municipal nº 4113, de 07 de outubro de 2020;
- \*Decreto Municipal nº 4118, de 21 de outubro de 2020;
- \*Decreto Municipal nº 4127, de 09 de novembro de 2020;
- \*Decreto Municipal nº 4134, de 24 de novembro de 2020;
- \*Decreto Municipal nº 4145, de 10 de dezembro de 2020;
- \*Decreto Municipal nº 4147, de 15 de dezembro de 2020;

Auditoria nº 667





- \*Decreto Municipal nº 4150, de 18 de dezembro de 2020;
- \*Decreto Municipal nº 4157, de 28 de dezembro de 2020;
- \*Decreto Municipal nº 4160, de 30 de dezembro de 2020;
- \*Decreto Municipal nº 4177, de 25 de fevereiro de 2021;
- \*Decreto Municipal nº 4183, de 04 de março de 2021. **Conformidade:**

Conforme

#### VIII - CONCLUSÃO

O Processo de Auditoria Assistencial Programada realizada na Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros e Unidade visitada Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira foi desencadeado por meio do Despacho nº 142/2021/SES/AUDSUS datado de 29/06/2021 que solicita seja realizada ação de Auditoria em atendimento ao Plano Anual de Auditoria Assistencial do CEA/SUS-MG - exercício de 2021 - que propõe a realização de auditorias nas Secretarias Municipais de Saúde e nos Hospitais beneficiados com recursos financeiros destinados às ações de média e alta complexidade no enfrentamento da COVID-19.

O Processo de Auditoria tramita no SEI sob nº 1320.01.0069104/2021-82 e foi realizada pelos auditores da Assessoria Regional de Auditoria Assistencial Nordeste, lotados na Superintendência Regional de Saúde de Teófilo Otoni (SRS/TO) e da Assessoria Regional de Auditoria Assistencial Jequitinhonha, lotados na Superintendência Regional de Diamantina (SRS/DIA).

A Equipe de Auditores realizou Auditoria Analítica e Operativa, coletando dados e analisando fatos que possibilitaram os esclarecimentos, quanto à aquisição e utilização de materiais/equipamentos/insumos/medicamentos necessários para a assistência aos usuários e utilização dos recursos financeiros recebidos da União, Estado e Município para assistência aos usuários COVID-19.

O Auditado recebeu o Relatório Preliminar, assim como seu responsável como pessoa física, encaminhado pelo ARAS Nordeste, em tempo hábil a fim de propiciar a garantia da ampla defesa para interposição de manifestação em 1ª Instância a critério dos interessados. Transcorrido o prazo concedido, o auditado (pessoa jurídica) e pessoa física responsabilizável se utilizaram da mesma manifestação acerca dos indícios de não conformidades elencadas no Relatório Preliminar de Auditoria.

Diante do exposto propõe-se encaminhar Relatório Final e Ofício de Aplicação de Penalidade propostas no Relatório Final de Auditoria nº 667 ao auditado, concedendo-lhe prazo para interposição de recurso em 2ª Instância.

#### X - ANEXOS



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### ANEXO 01 (NT) - Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo FMS Montes Claros

#### ANEXOS

#### A. PARA O RELATÓRIO DA SMS:

ANEXO 01 – Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Montes Claros ao Hospital das Clínicas Mario Ribeiro da Silveira de 01/03/2020 a 31/08/2021

SMS		INSTRUMENTOS JURÍDICOS			PAGAMENTO			HOSPITAL			
Conta bancária do FMS (ag./conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Instrumento (nº)	Empenho (nº)	Data pgto. (dd/mm/aa)	Valor repassado (R\$)	Conta do Hospital (ag./ conta)	Valor gasto (R\$)	Vigência (dd/mm/aa)	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)
3209-3/38797-5	FNS	-	1393/2020	3º Aditivo ao Contrato 89	7715/20	12/06/2020	513.694,71	4275-0/17640-0	510.796,48	365 dias** (01/04/21)	Sim. Prestou contas de forma atrasada**.
3209-3/38797-5	FNS	-	1448/2020	4º Aditivo ao Contrato 89	9427/20	17/07/2020	1.005.786,04	4275-0/17664-8	1.092.641,11	365 dias** (01/04/21)	Sim. Prestou contas de forma atrasada**.
3209-3/38797-5	FNS	-	1516/2020	5º Aditivo ao Contrato 89	9733/20	24/07/2020	864.000,00	4275-0/17671-0	858.708,27	365 dias** (01/04/21)	Não
3209-3/38797-5	FNS	-	3576/2020	8º Aditivo ao Contrato 89	3287/21	23/03/2021	2.160.000,00	4275-0/17669-9	2.111.964,97	365 dias** (01/04/21)	Não.
3209-3/38797-5	FNS	-	3646/2020	8º Aditivo ao Contrato 89	3291/21	23/03/2021	646.272,00	4275-0/17669-9	633.250,00	365 dias** (01/04/21)	Não.
3209-3/38797-5	FNS	-	501/2021	11º Aditivo Contrato 89	6331/21	25/05/2021	960.000,00	3209-3/40025-4	1.187.893,90	365 dias** (01/04/21)	Não.
3209-3/38797-5	FNS	-	643/2021	11º Aditivo Contrato 89	6331/21	25/05/2021	359.040,00	3209-3/40025-4		365 dias** (01/04/21)	Não.
3209-3/38797-5	FNS	-	897/2021	12º Aditivo Contrato 89	7313/21	14/06/2021	960.000,00	3209-3/40025-4	886.877,56	365 dias** (01/04/21)	Não.
3209-3/38797-5	FNS	-	947/2021	13º Aditivo Contrato 89	8094/21	09/07/2021	912.000,00	3209-3/40025-4	567.663,30	365 dias** (01/04/21)	Não.
3209-3/38797-5	FNS	-	1059/2021	13º Aditivo Contrato 89	8095/21	09/07/2021	960.000,00	3209-3/40025-4		365 dias** (01/04/21)	Não.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### ANEXO 01 (NT) - Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo FMS Montes Claros

SMS		INSTRUMENTOS JURÍDICOS				PAGAMENTO			HOSPITAL			
Conta bancária do FMS (ag./ conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Instrumento (nº)	Empenho (nº)	Data pgto. (dd/mm/aa)	Valor repassado (R\$)	Conta do Hospital (ag./ conta)	Valor gasto (R\$)	Vigência (dd/mm/aa)	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)	
3209-3/38797-5	FNS	-	1135/2021	14º Aditivo Contrato 89	*	*	359.040,00*	*	*	365 dias** (01/04/21)	*	
3209-3/38797-5	FNS	-	1407/2021	15º Aditivo Contrato 89	*	*	359.040,00*	*	*	365 dias** (01/04/21)	*	
3209-3/38797-5	FNS	-	1453/2021	15º Aditivo Contrato 89	*	*	1.872.000,00*	*	*	365 dias** (01/04/21)	*	
3209-3/38797-5	FNS	-	1966/2021	19º Aditivo Contrato 89	*	*	1.872.000,00*	*	*	365 dias** (01/04/21)	*	
3209-3/38797-5	FNS	-	2006/2021	20º Aditivo Contrato 89	*	*	359.040,00*	*	*	365 dias** (01/04/21)	*	
3209-3/39619-2	FES	7111/2020	-	Contrato 163	6029 e 6030/21	14/05/21	250.000,00	3209-3/39943-4	11.993,98	365 dias (29/04/22)	Contrato vigente. PC deve ser realizada até 29/05/2022.	
3209-3/40012-2	FES	7461/2021	-	Contrato 319	9233/21	26/07/21	315.000,00	1801-0/7125-0	0,00	120 dias (12/11/21)	Contrato vigente. PC deve ser realizada até 12/12/2021.	
* Até a finalização dos trabalhos operativos, o repasse referente às Portarias 11135/2021 (Depositado pelo FNS no FMS em 16/06/21); 1407/2021 e 1453/2021 (Depositado pelo FNS no FMS em 07/07/21); 1966/2021 (Depositado pelo FNS no FMS em 25/08/21) e 2006/2021 (Depositado pelo FMS em 23/08/21) ainda não haviam sido efetivados ao HCMRS.					TOTAL REPASSADO:		9.905.792,75	TOTAL GASTO Até a fase operativa da auditoria:	7.861.789,57	** A SMS celebrou aditivos ao Contrato 089/2020 para repasse dos recursos COVID, mas não inseriu cláusula de prorrogação da vigência do contrato nos aditivos.		

ditoria nº 667